

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA
EDUCAÇÃO**

**O GINÁSIO ESTADUAL DE FLORAÍ – HISTÓRIA, SUJEITOS E
PRÁTICAS EDUCATIVAS
(1959-1975)**

ELIETE VICENTIN FILIPINI

**MARINGÁ
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO**

**O GINÁSIO ESTADUAL DE FLORAÍ – HISTÓRIA, SUJEITOS E PRÁTICAS
EDUCATIVAS
(1959-1975)**

Dissertação apresentada POR ELIETE VICENTIN FILIPINI, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: História e Historiografia da Educação

Orientador:

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo

Coorientadora:

Prof. Dr^a. Marli Delmonico de Araujo Futata

MARINGÁ
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

F483g

Filipini, Eliete Vicentin

O Ginásio Estadual de Floráí : história, sujeitos e práticas educativas (1959-1975) /
Eliete Vicentin Filipini. -- Maringá, PR, 2022.
104 f.: il. color., tabs.

Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo.

Coorientadora: Profa. Dr^a. Marli Delmonico de Araujo Futata.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.

1. História da educação - Brasil. 2. Instituições escolares - História. 3. Educação -
Brasil. 4. Floráí (PR) - História. I. Toledo, César de Alencar Arnaut de, orient. II. Futata,
Marli Delmonico de Araujo, coorient. III. Universidade Estadual de Maringá. Centro de
Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Educação. IV. Título.

CDD 23.ed. 370.981

Síntique Raquel Eleutério - CRB 9/1641

ELIETE VICENTIN FILIPINI

**O GINÁSIO ESTADUAL DE FLORAÍ – HISTÓRIA, SUJEITOS E PRÁTICAS
EDUCATIVAS
(1959-1975)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo (Orientador) – UEM

Prof^a. Dr^a. Marli Delmonico de Araujo Futata – UEM

Prof^a. Dr^a. Maria Auxiliadora Maximo - UNIR

Prof^a. Dr^a. Vanessa Campos Mariano Ruckstadter - UNENP

Data de Aprovação: 19/04/2022

Dedico este trabalho àqueles que, com coragem, continuam praticando o ato de ensinar.

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta pesquisa muitas pessoas se envolveram e de forma alguma poderia deixar de agradecer à cada uma delas.

Primeiramente, e não poderia ser diferente, agradeço aos meus pais, Waldir e Célia. Não há “obrigado” no mundo que seja suficiente para agradecer a esses dois.

Agradeço imensamente ao professor e meu orientador César Alencar de Arnaut de Toledo. A você, professor, um obrigado gigante.

À Marli Futata minha coorientadora, que foi minha professora de estágio e com toda atenção me ajudou nesse trajeto.

À Silvia, minha professora das primeiras letras, minha amiga que tive o prazer e honradez de poder conviver, minha irmã do coração. Obrigada pela paciência e pela dedicação.

À Maninha (Maria Rosângela) por todas as vezes que leu, releu e deu ótimas dicas.

À professora Vera Granzotti Baule pelo tempo disposto a me ajudar, a me orientar.

À Escola Estadual Honório Fagan – Ensino Fundamental II, que antigamente chamava-se Ginásio Estadual de Floráí, objeto desta pesquisa, e sua direção atual por disponibilizar o material necessário para a pesquisa.

À minha irmã Helaine e ao meu cunhado Alexandre por todas as vezes que precisei de “carona” e de pouso para cumprir os requisitos do mestrado.

A José Carlos Ratti por toda ajuda e contribuição, por todo tempo que dispôs para me ajudar. Ratti, meu muito obrigada por suas informações, e pela sua dedicação à preservação da história dessa cidade

Ao professor Marcos Ayres, pela incrível empatia e colaboração em revisar minha dissertação.

Ao Departamento de Educação de Florái.

Enfim, a todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram para que a pesquisa pudesse ser realizada.

“Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.”

Karl Marx
Friedrich Engels

FILIPINI, Eliete Vicentin. **O GINÁSIO ESTADUAL DE FLORAÍ – HISTÓRIA, SUJEITOS E PRÁTICAS EDUCATIVAS (1959-1975)**. 96 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Marli Delmonico de Araujo Futata. Maringá, 2021.

RESUMO

Pesquisa documental e bibliográfica da área de História da Educação, voltada para a história e historiografia das instituições escolares. O objeto da pesquisa é o Ginásio Estadual de Florai, sua história, sujeitos e práticas educativas no período de 1959, ano de implantação do Ginásio, até 1975. Como se trata de uma pesquisa documental, a pesquisa se deu pelo recurso aos documentos que nos ajudam a traçar a trajetória da instituição. A pesquisa é dividida em quatro partes, a primeira contempla a teoria da história da educação e nela se destaca a discussão sobre instituições escolares, história da educação, história das instituições escolares e sobre as fontes. A segunda parte se desenvolve retratando a história do município de Florai e do Ginásio aqui estudado, irradiando para a história da migração para o Estado do Paraná. Para aprofundar, iniciamos com a discussão sobre o Paraná moderno de Moysés Wille Lupion de Troia e Bento Munhoz da Rocha Neto, em que os personagens principais eram o imigrante e migrante, desenvolvendo uma política voltada para o processo de (re)ocupação dos espaços ditos vazios demográficos, seguido pelo Paraná em vias de industrialização de Ney Aminthas de Barros Braga e Paulo Cruz Pimentel, que muda o foco da ocupação de espaços para industrialização, finalizando com o período do chamado Paraná Racional de Pedro Viriato Parigot de Souza e novamente Ney Aminthas de Barros Braga. A pesquisa avança para a análise do Movimento da Pedagogia da Escola Nova, uma corrente que teve início nos anos 1930 e que voltou ao cenário nacional em 1959, ano de implantação do Ginásio Estadual de Florai. O movimento influenciou o Brasil e especialmente o Paraná, deixando suas marcas com a disseminação das ideias de modernização da educação dos pensadores do período e da preparação do homem para o desenvolvimentismo e industrialização. A análise sobre o movimento escolanovista nos ajuda a aprofundar as discussões sobre os projetos modernizadores dos governos no Paraná. A terceira parte traz uma análise sobre a migração para o norte/noroeste do estado, que reforçava o projeto de ocupação, ou, reocupação do território, a partir da perspectiva do capital. E por fim, a quarta parte da pesquisa mostra a construção histórica da implantação de escolas no município de Florai. As primeiras escolas, as práticas adotadas, a formação de professores, as escolas rurais e urbana e o Ginásio. Ao final da pesquisa podemos concluir que este Ginásio foi um marco na história de Florai, pois contribuiu com a configuração social e política da cidade e influenciou mas, principalmente, foi influenciado por sujeitos e suas práticas sociais.

Palavras-chave: Educação. História da Educação. Instituições Escolares. Ginásio Estadual de Florai.

FILIPINI, Eliete Vicentin. **THE STATE GYMNASIUM OF FLORAÍ - HISTORY, SUBJECTS AND EDUCATIONAL PRACTICES (1959-1975)**. 96 f. Dissertation (Master in Education) - State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Co-Supervisor: Prof^a. Dr^a. Marli Delmonico de Araujo Futata. Maringá, 2021.

ABSTRACT

Documentary and bibliographic research in the field of History of Education, focused on the history and historiography of school institutions. The object of the research is the Florai State Gymnasium, its history, subjects and educational practices in the period from 1959, the year the Gymnasium was established, until 1975. As this is a documental research, the research was done by resorting to documents that help us trace the institution's trajectory. The research is divided in four parts: the first one contemplates the theory of the history of education and discusses school institutions, history of education, history of school institutions and sources. The second part is developed portraying the history of the municipality of Florai and of the Gymnasium studied here, irradiating to the history of migration to the State of Paraná. To go deeper, we begin with the discussion on modern Paraná by Moysés Wille Lupion de Troia and Bento Munhoz da Rocha Neto, in which the main characters were the immigrant and migrant, developing a policy aimed at the process of (re)occupying the so-called demographic voids, followed by the Paraná on its way to industrialization of Ney Aminthas de Barros Braga and Paulo Cruz Pimentel, which changes the focus from the occupation of spaces to industrialization, ending with the period of the so-called Paraná Racional of Pedro Viriato Parigot de Souza and again Ney Aminthas de Barros Braga. The research advances to the analysis of the Pedagogy Movement of the New School, a current that began in the 1930s and that returned to the national scene in 1959, the year of the implementation of the State Gymnasium of Florai. The movement influenced Brazil and especially Paraná, leaving its marks with the dissemination of the ideas of modernization of the education of the thinkers of the period and the preparation of the man for the developmentalism and industrialization. The analysis of the school movement helps us to deepen the discussions about the modernizing projects of the governments in Paraná. The third part brings an analysis of the migration to the north/northwest of the state, which reinforced the project of occupation, or reoccupation of the territory, from the capital's perspective. And finally, the fourth part of the research shows the historical construction of the implementation of schools in the municipality of Florai. The first schools, the adopted practices, the formation of teachers, the rural and urban schools and the Gymnasium. At the end of the research we can conclude that this Gymnasium was a milestone in the history of Florai, as it contributed to the social and political configuration of the city and influenced but, mainly, was influenced by subjects and their social practices.

Key words: Education. History of Education. School Institutions. State Gymnasium of Florai.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Trabalhos realizados sobre Instituição Escolar – UEM.....	24
Tabela 2: Dados retirados do Censo 2010 (IBGE)	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa do Paraná dividido por regiões.....	23
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
CELEPAR	Companhia de Informática do Paraná
CMNP	Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica,
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNDEPAR	Fundação de Desenvolvimento Educacional do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PPE-UEM	Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM
PPP	Projeto político Pedagógico
PSD	Partido Social Democrático
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEED-PR	Secretaria da Educação e do Esporte do Paraná
TELEPAR	Telecomunicações do Paraná S/A
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. INSTITUIÇÕES ESCOLARES	18
2.1 Instituições Escolares No Brasil: História	18
2.2 Instituições Escolares No Brasil: As Fontes	20
2.3 A Instituição Escolar No Norte Central Do Paraná	22
3. GINÁSIO ESTADUAL DE FLORAÍ E A CIDADE	26
4. HISTÓRIA DO PARANÁ: ECONOMIA, POLÍTICA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO – 1950 A 1975	37
4.1 O PARANÁ MODERNO: O GOVERNO MOYSÉS WILLE LUPION DE TROIA E BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO - 1946 A 1959	37
4.2 O PARANÁ INDUSTRIALIZADO: GOVERNOS NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA E PAULO CRUZ PIMENTEL – 1961 A 1971	41
4.3 PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA A NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA: O PARANÁ RACIONAL – 1971 A 1982	44
5. O MOVIMENTO DA PEDAGOGIA ESCOLA NOVA NO BRASIL E PARANÁ	46
6. A COLONIZAÇÃO EMPRESARIAL DO NORTE/NOROESTE DO PARANÁ.....	49
6.1 A (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE E NOROESTE PARANAENSE	49
6.2 A CHEGADA DOS PRIMEIROS (RE)COLONIZADORES EM FLORAI	53
6.3 A SITUAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ DE 1950-1975	57
7. O PROPÓSITO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR EM FLORAÍ NO PERÍODO DE SUA CRIAÇÃO.....	59
7.1 A iniciativa educacional em Florai	59
7.1.1 As Escolas Rurais	60
7.1.2 A Escola Urbana	64
7.1.3 O Ginásio Estadual de Florai	65
7.2 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PROFESSORES	68
8 CONCLUSÃO	73
REFERÊNCIAS.....	76
ANEXOS	81

1. INTRODUÇÃO

Tratar da história de uma instituição escolar é pôr em discussão as categorias sociais que compõem seu entorno e relacionar as situações conflituosas que influenciaram e ainda atuam na organização escolar, problematizando o singular olhando para a totalidade, ou seja, a organização da escola deve ser pensada de acordo com seu contexto histórico, social e político, pois é influenciada pelo movimento da sociedade na qual está inserida e de toda a sua produção histórica. Assim, esta é uma pesquisa que faz parte do campo História da Educação e mais precisamente a História das Instituições Escolares, tendo como objeto de pesquisa o Ginásio Estadual de Floraí a partir de sua criação em 1959. A pesquisa foi realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, junto à linha de pesquisa História de Instituições Educativas liderada pelo professor Doutor Cezar de Alencar Arnaut de Toledo. Este trabalho analisa a história da implantação do Ginásio Estadual de Floraí, os personagens envolvidos e as práticas educativas desenvolvidas para a oportunização do ensino e da aprendizagem. O objetivo principal do trabalho é o de discutir o propósito da Instituição Escolar em Floraí no período de sua criação, a partir do questionamento: a configuração política e social do município teve influência na criação da instituição escolar Ginásio de Floraí? A pesquisa nos subsidiou com informações que corroboram a afirmação de que a instituição do Ginásio Estadual de Floraí estava inserido em um contexto de migração e interligado diretamente a isso. A construção de escolas era intrinsecamente relacionada ao projeto planejado de (re)ocupação da região norte/noroeste do Estado do Paraná. A história do Ginásio é concomitante à história de Floraí, são simbióticas e não podemos separá-las, pois uma completa a outra. Os personagens envolvidos no desenvolvimento de Floraí são os mesmos que cresceram sob influências do Ginásio e suas práticas educativas e são os que construíram tanto a história do Ginásio quanto a da cidade.

Floraí tinha apenas três anos de emancipação quando o Ginásio foi criado em 1959. Era uma sociedade tipicamente rural, e a população urbana era dependente da produção e da atividade realizada na zona rural. O município estava inserido em um

contexto histórico no qual a principal política do governo era a (re)ocupação¹ de territórios julgados improdutivos aos olhos do capital. Espaços tendenciosamente denominados de “vazios demográficos”, que deixavam de lado a história indígena e a vida autóctone, pois eram objeto de cobiça do capital. Essa explicação foi um argumento que serviu aos interesses econômicos da Companhia de Terras do Norte do Paraná para embasar os avanços no projeto de colonização privada que, estabelecido junto com o governo, era uma justificativa para suas ações.

Pode-se dizer que Floraí, tanto quanto muitas outras cidades do norte e noroeste do estado, é uma dessas regiões que eram consideradas improdutivas e “vazias” e que, assim, necessitava ser povoada e explorada economicamente.

Na década de 1940 chegaram as pessoas que deram início ao projeto planejado de colonização. Em uma década, a cidade já estava estabelecida e, mesmo pequena e ainda no início de sua formação, já recebeu um Ginásio, o que foi um grande feito para a época. Em todo estado, no ano de 1960 existiam 80 Ginásios e Floraí, com pouco mais de 10 mil habitantes, tinha um deles.

Note-se que a chegada dessa escola trouxe notoriedade à cidade em relação à região, um grande feito que contribuía para o desenvolvimento do município. Foi investigando os documentos do arquivo da escola que descobrimos uma série de informações curiosas, como a escolha do Patrono da escola, que, de imediato, não seria o que hoje conhecemos. No decorrer da pesquisa houve a necessidade de procurar pessoas que estudaram no ginásio e que mais tarde se tornaram seus professores. José Carlos Ratti, que foi professor do ginásio, também prefeito e vice-prefeito da cidade em várias ocasiões, foi uma fonte imprescindível para desvendarmos várias situações. A professora Vera Lúcia Granzotti Baule, que também lecionou no ginásio, nos deu depoimento relevante sobre seus tempos como professora em escola rural. No Departamento de Educação da cidade tivemos acesso a vários livros até que nos nortearam no desenvolvimento do trabalho.

Dividimos o trabalho em quatro partes. Na primeira procuramos teorizar com base em autores que estudaram a História da Educação e das Instituições Escolares trazendo para a discussão os conceitos, a história e as fontes que alicerçam essa teoria. De início, na seção Instituições Escolares, o trabalho mostra como a História

¹ Tratamos como (RE)ocupação pois, como já estudado, aprofundado e comprovado por estudiosos como Lucio Tadeu Mota (MOTA, 2012), Adélia Aparecida de Souza Haracenko (HARACENKO, 2021) entre outros, essa região do Estado do Paraná já era povoada por indígenas.

da Educação vem sendo escrita e debatida, seguido de uma análise sobre a história das instituições escolares no Brasil, de como ela vem sendo estudada, e principalmente, como ganhou certa notoriedade. A seção discorre também sobre as fontes, como são armazenadas, como os documentos são conservados e a importância de serem sempre interpretados criticamente. Terminamos a seção com uma verificação sobre a pesquisa acadêmica sobre o tema Instituição Escolar na região Norte Central.

A segunda parte do trabalho é o momento de contar a história do Ginásio Estadual de Floráí, o surgimento, os prédios pelos quais passou o Ginásio, mostrando o contexto regional, estadual e nacional em relação à educação, a política e à sociedade. Situamos a educação no âmbito nacional dos anos 1950, trazendo aspectos históricos, intelectuais que trouxeram “luz” para o cenário educacional, com ideias modernas, mas principalmente, mais justas para a sociedade. É narrada de forma simbiótica a história da cidade e do ginásio com a história do Estado, trazendo para o debate a menção a sujeitos que influenciaram tanto a cidade quanto a escola, sendo utilizadas nessa discussão fontes visuais, tais como fotos e cópias de documentos da própria escola. Junto à história da cidade e do Ginásio trazemos para a “conversa” a história social, econômica, política e educacional do Paraná para ilustrar melhor o contexto histórico, no qual tanto Floráí quanto o Ginásio estavam inseridos.

A terceira parte do texto analisa de forma crítica o processo de (re)ocupação da região norte/noroeste do Estado mostrando componentes do projeto capitalista bem planejado. Esta é uma parte de relevância para o trabalho, pois trazemos à discussão fatos pertinentes ao projeto de (re)ocupação planejada da região norte/noroeste, que desenvolveu um grande processo migratório, relacionando esse projeto com a educação e a implantação de escolas. Para a construção desta seção problematizamos a história de Floráí, com suas matizes políticas, econômicas e sociais.

A quarta e última parte discute o propósito da Instituição Escolar em Floráí no período de sua criação. Esta seção evidencia a criação de escolas, urbanas e rurais, a formação de professores e a instituição do Ginásio Estadual de Floráí. O propósito é apresentar as instituições educacionais da cidade e como se deu então o início da escolarização na pequena cidade, pois se tratava de um município jovem, sem estrutura, no qual a maioria da população era rural. Como o transporte dessa

população para a cidade era precário, praticamente dividia quem teria acesso ao ensino de segundas letras e dificultava muito a manutenção de crianças na escola. Ao considerar as mudanças ocorridas no contexto histórico, social e econômico do período de 1959 a 1975, buscamos contextualizar o processo de implantação, criação do Ginásio Estadual de Floráí, sua história, seus personagens (sujeitos) e suas práticas educativas (pedagógicas).

O que nos motiva à pesquisa é a importância da escola para a cidade de Floráí, a trajetória histórica e social que envolve a cidade e a região, desde sua implantação. Ainda, o que nos motiva, é a contribuição histórica para a pesquisa na área de História da Educação e o fato de contribuir para a memória histórica local, regional e nacional.

2. INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Nesta seção do texto é abordada a História da Educação e, conseqüentemente, a história da pesquisa sobre Instituições Escolares e como ela se desenvolveu ao longo do século XX, tornando-se parte importante do campo de conhecimento da História da Educação. É uma abordagem sobre o tema principal, que é a Instituição Escolar. O foco é mostrar uma análise sobre o objeto de pesquisa, sobre a história e sobre as fontes, sejam elas primárias ou secundárias.

2.1 INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO BRASIL: HISTÓRIA

As instituições escolares no Brasil só receberam a devida atenção a partir da década de 1990, antes disso as pesquisas eram voltadas para a história da educação como um todo, sem especificações. Porém, de forma ocasional, aparecia em alguns estudos. Os professores Paolo Nosella e Ester Buffa apresentam esses estudos mostrando que podem ser divididos em três momentos. O primeiro no período de 1950 a 1960, o segundo 1970 a 1980 e o terceiro, a partir de 1990.

Não se pode negar que a instituição escolar está intrinsecamente ligada à questão política, social e econômica da sociedade. Ela recebe e exerce influência nessa sociedade. Ao se analisar uma instituição escolar, pode-se perceber o quanto ela é influenciada e o quanto interfere na sociedade na qual está inserida. As práticas sociais e históricas são percebidas no processo educativo, e estas nele interferem de forma a serem sentidas pela sociedade. José Luís Sanfelice nos mostra que “[...] as instituições não são recortes autônomos de uma realidade social, política, cultural, econômica e educacional” (SANFELICE, 2007, p. 78-79). A intrincada rede de interação, integração, ou exploração política de um período é absorvida e projetada por uma instituição escolar.

[...] pode-se afirmar que as escolas e o sistema educacional, por mais heterogêneos que sejam, aparecem como localidades que não podem ser negligenciadas como amostra significativa do que realmente acontece em termos educacionais em qualquer país e, especialmente, no Brasil, onde as análises governamentais têm a tendência de obscurecer a problemática real de seu sistema escolar (GATTI JÚNIOR, 2002, p. 4).

Os complexos educacionais institucionalizados são ambientes históricos que contribuem com a história de uma determinada sociedade. Sendo assim, é de grande importância a pesquisa voltada para esse campo e, a partir dos anos 1990, o tema tem recebido maior atenção dos pesquisadores, que se detêm em estudos mais diversificados, nos quais se destacam alguns como “[...] cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, as instituições escolares” (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 19). É sobre uma Instituição Escolar esta pesquisa.

O modo de investigar a história de uma Instituição Escolar se faz por meio de seus arquivos, que devem ser armazenados de forma organizada. Esta talvez seja a maior dificuldade do pesquisador da área, pois normalmente os arquivos não estão adequadamente organizados ou preservados. Para Vieira, “[...] a reconstrução da história das instituições escolares está intimamente relacionada à preservação e organização dos seus arquivos” (VIEIRA, 2013, p. 72).

Instituição é uma palavra de origem latina, definida no dicionário Latino Português como: 1. Disposição, plano, arranjo. 2. Instrução, ensino, educação. 3. Criação, formação. 4. Métodos, sistema, escola, seita, doutrina” (TORRINHA, 1945, p. 434), um vocábulo que tem uma variação de significados. Levando em consideração a segunda acepção, o conceito de instituição está diretamente ligado ao de educação, porém, devemos entender que nem toda educação é institucionalizada e nem toda instituição é educativa. A instituição escolar é uma necessidade humana, e permanente. Como nos mostram Arnaut de Toledo e Andrade:

A instituição é produto da ação humana. Ela é voltada a atender a necessidades presentes. No caso das instituições escolares, especificamente, é correto dizer que elas surgem para atender a necessidades humanas, pois não é toda e qualquer necessidade que requer uma instituição (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2014, p. 18).

Como instituição ligada diretamente à educação, a escola é uma necessidade humana na qual a educação formal está diretamente unida com a sociedade. Apesar de todas as contradições que a educação carrega, como diz Carlos Roberto Jamil Cury: “o saber enquanto intenção pode vir a ser apropriado (tornar próprio) pelas

classes subalternas” (CURY, 2000, p. 71). Ao se apropriar desse saber, o indivíduo toma consciência de sua realidade, e tal consciência pode ser crítica.

Pesquisar a história de uma Instituição Escolar é pesquisar a história e a historiografia da educação, revelando situações de conflitos existentes na sociedade e buscando relacionar a totalidade e o singular, analisando a instituição educativa sempre relacionada ao contexto histórico vigente. A ligação com a sociedade faz da Instituição Escolar uma construção de numerosos elementos que agem sobre a sociedade dialeticamente². Para explicar o que é dialética e como a tratamos aqui, buscamos o Dicionário Houaiss que mostra o sentido de dialética em Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) e em Karl Heinrich Marx (1818-1883). Para Hegel, dialética é um movimento contraditório contínuo, já Marx trouxe o significado de dialética para a matéria, aplicando aos movimentos e as contradições de origem econômica, da infraestrutura ou, como diz Pires, “para Marx, Hegel trata a dialética idealmente, no plano do espírito, das ideias, enquanto o mundo dos homens exige sua materialização” (DICIONÁRIO HOUAISS, 2009, p. 4). Para os professores Nosella e Buffa (2013, p. 77): “[...] dialética, em seu sentido etimológico, significa a arte de relacionar os contraditórios”. Para esses dois estudiosos relacionar dialeticamente instituição escolar e sociedade é colocá-las em condições recíprocas de existência, para a criação e desenvolvimento de uma instituição escolar a condição é determinada pela sociedade, e para o desenvolvimento de uma sociedade a condição é a criação de instituições educativas (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 81-82).

2.2 INSTITUIÇÕES ESCOLARES NO BRASIL: AS FONTES

A história da educação é uma disciplina recente, ainda há um caminho longo para entendê-la em sua totalidade, se é que isso seja possível. Investigar essa disciplina carece de dedicação e de instrumentos e meios que possibilitem isso. As fontes nem sempre estão organizadas para serem exploradas tranquilamente, “[...] na

² Em sentido bastante genérico, oposição, conflito originado pela contradição entre princípios teóricos ou fenômenos empíricos.

No *hegelianismo*, lei que caracteriza a realidade como um movimento incessante e contraditório, condensável em três momentos sucessivos (tese, antítese e síntese) que se manifestam simultaneamente em todos os pensamentos humanos e em todos os fenômenos do mundo material.

No *marxismo*, versão materialista da dialética hegeliana aplicada ao movimento e às contradições de origem econômica na história da humanidade (DICIONÁRIO HOUAISS, 2009).

maior parte das vezes, a coleta, seleção, recuperação e, finalmente, a organização das Fontes demandam tempo; no entanto constituem também uma das etapas do trabalho” (MIGUEL, 2007, p. 31).

É necessária a pesquisa de cunho histórico documental. Pesquisar uma Instituição Escolar nos remete a uma dedicação, e ao processo de organização das inúmeras fontes que existem dentro dessa instituição. Cabe ao pesquisador fazer a leitura dos documentos existentes de forma crítica, sem se deixar levar pelo saudosismo e principalmente não cair em armadilhas. Nosella e Buffa nos mostram que a importância de estudar uma escola pelo viés social que ela está inserida, seu contexto histórico são pontos relevantes para a construção da história de uma instituição escolar, desde que analisadas de forma crítica (NOSELLA; BUFFA, 2013).

Há no processo a importância em interpretar o documento histórico, seja ele qual for podendo ser o escrito³. Porém outras formas de fontes existem e devem ser consideradas, para Nosella e Buffa “[...] é o próprio conceito de fonte que se amplia” (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 63). Pois durante anos a história foi contada pelo viés dos dominantes, utilizando-se fontes que eram escritas por eles ou a seu serviço, mas a pesquisa realizada no campo da história e da história da educação ampliou o conceito de fontes.

[...] No que concerne a história da educação, as memórias, história de vida (escritas orais), livros, cadernos de alunos, discursos em solenidades, atas, jornais de época, almanaque, livros de ouro, correspondência epistolar, relatórios, fotografias, plantas baixas dos prédios e muitas outras Fontes encontráveis em arquivos públicos e particulares são importantíssimas (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 63).

Algo muito parecido diz o professor José Claudinei Lombardi:

A ampliação da noção de fonte foi também acompanhada por uma guinada na ótica do pesquisador, que passou a considerar documentos históricos dignos de conservação transmissão não somente aqueles referentes a vida dos grandes homens, dos heróis dos grandes acontecimentos, das instituições como na perspectiva positivista. Com Engels e Marx, e depois com Febvre e Bloch, aprendemos que a vida de todos os homens, todas as formas de relações, todos os agrupamentos e classes sociais constituem objetos de estudo que interessam ao investigador (LOMBARDI, 2004, p. 157).

³ “Ninguém mais que Fustel de Coulanges privilegiou o texto como documento histórico”, diz Jacques Le Goff em História e Memória (LE GOFF, 1990, p. 88).

O ponto crucial é ser capaz de utilizar essas fontes combinando o particular com o geral levando em consideração a “totalidade social”.

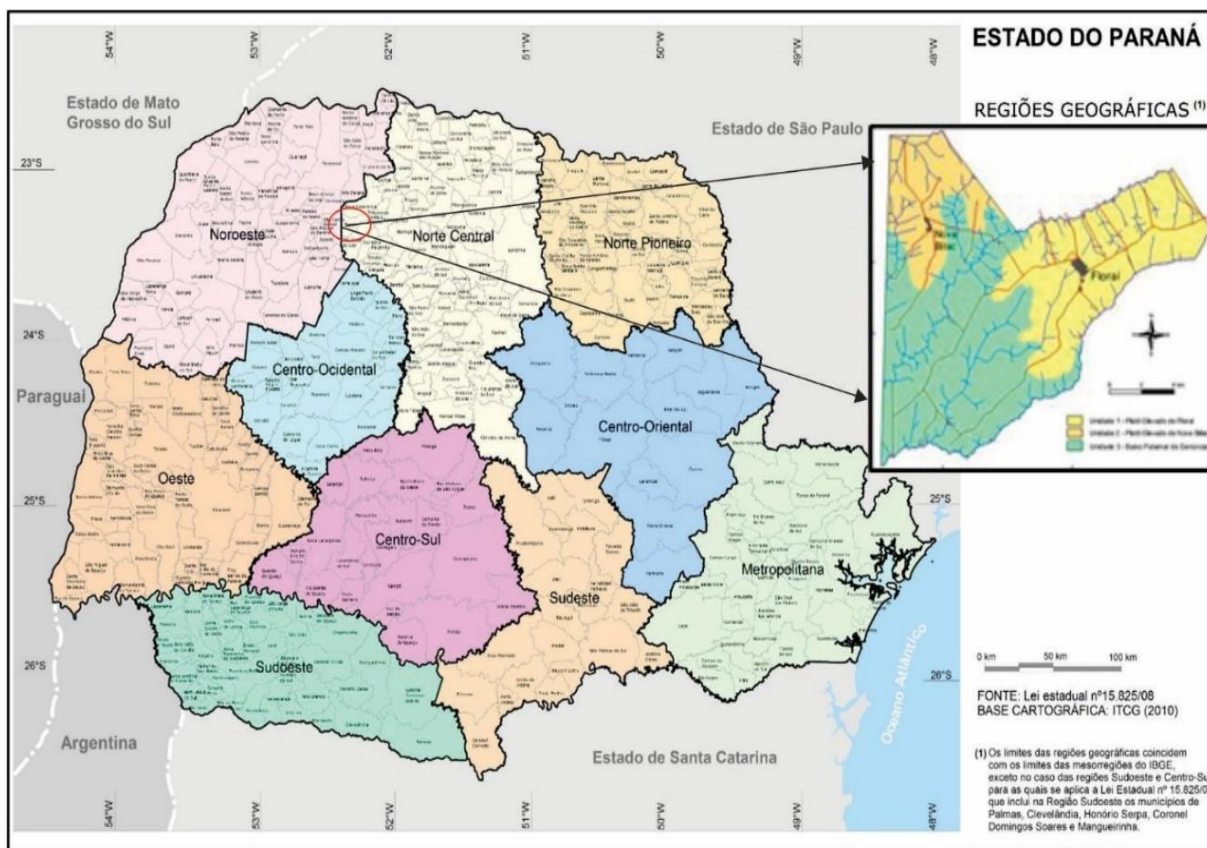
[...] como, sem desprezar as novas abordagens do singular, chegar à uma compreensão racional e universal da realidade? Em outras palavras, é preciso articular o particular com o geral, isto é, com a totalidade social, evidenciado interesses contraditórios (NOSELLA; BUFFA, 2013, p. 64).

A variedade de fontes deixa o caminho do pesquisador mais sólido e organizá-las é produzir tempo para pesquisa. Dessa forma o historiador tem a responsabilidade de criar essas condições e construir os meios para historiar a instituição escolar, como diz o professor Paulino José Orso, “[...] o desafio consiste em criar as condições objetivas para a preservação das fontes [...]” (ORSO, 2013, p. 136), mesmo que as fontes sejam escassas. Quando se trata de uma instituição escolar, os arquivos da própria instituição são imprescindíveis, nesses acervos como mostra Arnaut de Toledo e Andrade “[...] são encontrados documentos que informam sobre a constituição das relações sociais da escola e sobre como as políticas públicas educacionais que foram por ela implementadas” (ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2014, p. 18).

2.3 A INSTITUIÇÃO ESCOLAR NO NORTE CENTRAL DO PARANÁ

Neste tópico do texto o objetivo é mostrar a pesquisa acadêmica feita sobre a instituição escolar na região que compreende o norte central do Paraná, região esta em que está situada a cidade de Floraí. Uma análise quantitativa dos trabalhos acadêmicos (dissertações e teses) e de publicações em revistas ou anais de congresso de artigos relacionado com o tema é uma forma de mostrar dados sobre a pesquisa em história da educação e sobre instituição escolar, comprovando se a pesquisa na área ainda é escassa ou se já podemos dizer que nesta região o número de trabalhos já é contundente. Floraí é uma microrregião que está localizada na mesorregião Norte Central do estado, representada na Figura 1 pela cor amarela, indicada com um círculo vermelho.

Figura 1- Mapa do Paraná dividido por regiões.



Fonte: IPARDES (1989).

As cidades que compreendem a mesorregião Norte Central do Paraná⁴ somam 79, dessas cidades, Londrina e Maringá são consideradas grandes centros e são elas que detêm as duas universidades que estão dentro das mais importantes do Estado. Em uma revisão no banco de dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá, encontramos vários trabalhos sobre instituição escolar referentes à cidades dessa região, no norte central.

⁴ Apucarana; Araçongas; Califórnia; Cambira; Jandaia do Sul; Marilândia do Sul; Mauá da Serra; Novo Itacolomi; Sabáudia; Ângulo; Astorga; Atalaia; Cafeara; Centenário do Sul; Colorado; Flórida; Guaraci; Iguaçu; Itaguajé; Jaguapitã; Lobato; Lupionópolis; Mandaguáçu; Munhoz de Melo; Nossa Senhora das Graças; Nova Esperança; Presidente Castelo Branco; Santa Fé; Santa Inês; Santo Inácio; Uniflor. Bom Sucesso; Borrazópolis; Cruzmaltina; Faxinal; Kaloré; Marumbi; Rio Bom; Doutor Camargo; **Floraí**; Floresta; Itambé; Ivatuba; Ourizona; São Jorge do Ivaí; Arapuã; Ariranha do Ivaí; Cândido de Abreu; Godoy Moreira; Grandes Rios; Ivaiporã; Jardim Alegre; Lidianópolis; Lunardelli; Manoel Ribas; Nova Tebas; Rio Branco do Ivaí; Rosário do Ivaí; São João do Ivaí; São Pedro do Ivaí; Cambé; Ibiporã; *Londrina*; Pitangueiras; Rolândia; Tamarana; Mandaguari; Marialva; Maringá; Paçandu; Sarandi; Alvorada do Sul; Bela Vista do Paraíso; Florestópolis; Miraselva; Porecatu; Prado Ferreira; Primeiro de Maio; Sertãoópolis

Tabela 1: Trabalhos realizados sobre Instituição Escolar – UEM

CIDADE	QT. TRABALHOS
APUCARANA	2
ASTORGA	1
CAMBÉ	1
FAXINAL	1
MARINGÁ	12
NOVA ESPERANÇA	1
MANDAGUARI	1
LONDRINA	1
SANTO INÁCIO	1
SARANDI	1

Fonte: PPE – UEM (2021).

Na Universidade Estadual de Maringá temos 22 trabalhos sobre Instituição Escolar, dos quais a cidade de Maringá é a que mais recebeu trabalhos sobre esse tema, doze no total, em um período de 15 anos (2005-2020). Observamos que todas as dissertações são em nível de mestrado, não sendo possível encontrar teses de doutorado, ao menos nesse primeiro momento. A forma de pesquisar os trabalhos dentro do banco de teses e dissertações foi através de descritores, que auxiliaram a otimizar a pesquisa. No *site* do programa que não tem o campo “pesquisar” entramos em cada trabalho e lemos o resumo de cada para identificar se o trabalho está dentro do assunto pesquisado.

Na Universidade Estadual de Londrina, também revisando o Banco de Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação, não foram localizados trabalhos sobre instituição escolar, sendo encontrados um ou outro que abordam a história da educação, porém, não envolvem Instituição Escolar. Já na Universidade Federal do Paraná, no Banco de Dados de Dissertações e Teses em Educação, conseguimos encontrar alguns trabalhos sobre Instituição Escolar, mas não relacionados à região norte central, ou seja, não especificamente sobre escolas implantadas em cidades da região norte central (UFPR, 2021).

No EDUCERE, evento que faz parte da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a pesquisa mostra que nos anos de 2008, 2009, 2011, 2013, 2015, 2017 e 2019, utilizando a palavra-chave *instituição*, encontramos trabalhos variados, porém não foi possível encontrar trabalhos que falem da Instituição Escolar em cidades da região norte central (EDUCERE, 2021). Pesquisando também na ANPEd SUL, a 13ª Reunião Regional da ANPEd Sul, a 12ª Reunião Regional ANPEd Sul e 11ª Reunião Regional ANPEd Sul, não foi possível encontrar trabalhos sobre Instituição Escolar

relacionados à região norte central do Paraná, utilizando as palavras-chave instituição e Instituição Escolar (ANPED, 2021).

Para pesquisar as dissertações e teses nos bancos de dados das universidades utilizamos descritores como: instituição escolar, história da educação, instituição. São palavras chaves que ao realizar a busca vão trazer diretamente um trabalho que o tema seja Instituição Escolar. Como pesquisar em todos os congressos e em todas as Universidade do Estado é algo mais complexo, limitamos a pesquisa somente na região norte central, ou seja, somente das cidades que envolve o norte central.

Notamos que trabalhos sobre escolas implantadas, instituídas na região norte central do Paraná, são em pequeno número. Nos bancos de teses e dissertações das universidades e das organizações que realizam eventos sobre educação quase não encontramos trabalhos sobre Instituição Escolar nessa região. Podemos constatar que ainda se explora pouco essa vertente da história da educação, porém, conseguimos identificar inúmeros trabalhos relacionados à educação e à história da educação. É necessário investigar e produzir mais pesquisas sobre Instituição Escolar, mas podemos constatar que o caminho neste sentido está sendo construído.

3. GINÁSIO ESTADUAL DE FLORAÍ E A CIDADE

A hoje denominada Escola Estadual Honório Fagan – Ensino Fundamental “nasceu” Ginásio Estadual de Floraí por meio do Decreto do Governo do Estado do Paraná nº 22.383, de 17 de março de 1959, que consta na Figura A (em anexo). O governador era Moysés Willy Lupion de Tróia (1956-1961), visto na Figura B (em anexo), e o secretário de Educação e Cultura era Nivon Weigert (1958-1961), representado na Figura C (em anexo).

O Ginásio, como ficou conhecida a escola, foi a primeira e única da cidade no seu segmento, mostrado nas Figuras D, E e F (Anexo). Até então várias escolas primárias existiam, tanto rurais quanto urbanas, mas a escolaridade terminava e quem quisesse continuar os estudos teria que ir para outras cidades, o que causava certo transtorno, já que isso era muito dispendioso para os mais pobres. Sendo assim, evidenciava-se a importância da Instituição do Ginásio Estadual de Floraí para o município, pois, ao ser instalada, possibilitou a continuidade dos estudos.

O Ginásio Estadual de Floraí foi implantado em uma cidade jovem e pequena, mas que necessitava de escolarização de segundas letras, tanto para as atividades comerciais na cidade, quanto para atender à elite cafeeira que se formava na região, que era muito grande. A Instituição do Ginásio atendeu às necessidades de muitas famílias, pois assim podiam dar continuidade aos estudos de seus filhos e não precisavam recorrer a outras localidades. Estudar no Ginásio era algo grandioso, e as famílias que detinham maior poder aquisitivo constituíam a maioria dos matriculados nessa escola, existindo uma divisão de classe notória, que podemos chamar de estratificação educacional.

Para se entender melhor como se deu a Instituição do Ginásio em Floraí é necessário entender um pouco sobre a história da Educação nessa época. Vivíamos tempos de intelectuais que buscavam novas ideias no campo da Educação no país. A década de 1950 baseada no nacional-desenvolvimentismo⁵ buscava superar as contradições sob a ótica da industrialização. Em 1 de julho de 1959 novamente o “Manifesto dos Educadores: Mais uma vez convocados”, surgiu para dar luz aos

⁵ Nome dado à estratégia política de desenvolvimento adotada durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que visava acelerar o processo de industrialização e superar a condição de subdesenvolvimento do país (FGV- CPDOC).

conflitos que estavam em vigor no âmbito educacional. E porque “mais uma vez convocados”? A necessidade pautava-se na afirmação e confirmação de algumas lutas de décadas atrás: o ensino é público, laico, gratuito e universal. Nem a igreja e nem as empresas privadas devem ter a soberania sobre a Educação.

O Paraná, a partir de 1961 até 1965, foi governado por Ney Aminthas de Barros Braga, foi neste governo que a Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Estadual de Educação (1962) foram implantados, e o plano era organizar “um sistema de ensino ajustado” (MAGALHÃES, 2001, p. 74). Falando em LDB, aliás, ela teve sua origem em 1948, sendo que a tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal durou 13 anos, contando a partir da mensagem presidencial nº. 605 de 29 de outubro de 1948, que é o anteprojeto elaborado e apresentado ao Poder Legislativo, e só foi aprovada na legislatura de 1959-1963.

No ano em que o Ginásio foi implantado, em 1959, as leis que regiam o ensino ginasial eram as Leis Orgânicas, criadas por Gustavo Capanema. Oito foram os decretos leis que reorganizaram a estrutura educacional, como mostra Dermeval Saviani.

- a) decreto-lei n. 4.048, dia 22 de janeiro de 1942, que criou o SENAI;
- b) decreto-lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial;
- c) decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário;
- d) decreto-lei n. 6.141, 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial ;
- e) decreto-lei n. 8.529 de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário;
- f) decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal;
- g) decreto-lei n. 8.621, de 10 de janeiro de 1946: que criou o Senac;
- h) decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola (SAVIANI, 2013, p. 269).

O ensino ginasial ficou definido em quatro anos.

[...] Estrutura comum previu o ensino primário elementar com duração de quatro anos acrescidos do primário complementar de apenas um ano. O ensino médio ficou organizado verticalmente em dois ciclos, o ginasial, com a duração de quatro anos, e o colegial, com a duração de três anos e, horizontalmente, nos ramos secundários e técnico-profissional [...]. Do ponto de vista da concepção, o conjunto das reformas tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior; corporativista, pois vinculado estreitamente

cada ramo ou tipo de ensino há profissões e aos ofícios requeridos pela organização social (SAVIANI, 2013, p. 269-270).

O elitismo contido nessa lei era evidente, a separação do ensino secundário “destinado a elites condutoras”⁶ e o profissional que era destinado ao povo, e somente quem detinha o nível secundário é que chegava ao ensino superior, em um exemplo claro do elitismo e da separação que provocam. A lei mais ou menos delimitava a sociedade por estamentos, ao “rico” o ensino superior, ao pobre o ensino profissional que já o deixava apto para o trabalho, deixando claro seu caráter excludente, o que ia na contramão de dezenas de pensadores da Educação da época que defendiam um ensino democrático.

Essas decisões no campo da Educação, tomadas a partir de 1930, refletiram no contexto dos anos 1950. Esse hiato temporal de vinte anos, 1930 a 1950, pode ser dividido em três momentos históricos distintos, cada qual com uma ideologia predominante, sendo 1937-1945 com Getúlio Vargas e o Estado Novo; de 1946-1950 com Marechal Eurico Gaspar Dutra como uma reação ao Estado Novo, que foi denominado democratização; e novamente com Vargas por vias eleitorais de 1950-1954, em que o nacional-desenvolvimentismo ficou mais evidente a partir desse momento e se consolidaria no período seguinte com Juscelino Kubitschek. No plano do desenvolvimentismo, a Educação tinha papel preponderante, como nos mostra Lombardi.

Na estratégia de desenvolvimento então proposta, a educação deveria desempenhar um papel fundamental. Com isso, também na área educacional, a concepção de planejamento para todos os setores da vida social, da economia à assistência, passou a ser recomendada pelos organismos internacionais (LOMBARDI, 2014, p. 31).

Foi assim que a Educação virou pauta principal nos planos governamentais, pois era parte importante no projeto desenvolvimentista que estava sendo instaurado. Não que ela tenha realmente se transformado no ponto crucial dos planos dos governantes, mas passou a ter um papel importante nos discursos devido ao objetivo que havia, em que a Educação fazia parte do estratagema de desenvolvimento,

⁶ As Leis Orgânicas da Educação Nacional, promulgadas entre 1942 e 1946, definem como objetivo do ensino secundário e normal “formar as elites condutoras do país”, ficando para o ensino profissional o objetivo de oferecer “formação adequada aos filhos dos operários, aos desvalidos da sorte e aos menos afortunados, aqueles que necessitam ingressar precocemente na força de trabalho”.

mesmo que fosse uma Educação limitada e controlada. Fazemos aqui uma digressão para entendermos melhor o desenvolvimentismo, esse modelo de economia que, pode-se dizer, teve início com Getúlio Vargas em 1950, no seu segundo momento como presidente da República, e se consolidará com Juscelino Kubitscheck, de 1956 a 1960. Porém, mesmo tratando a Educação como “peça” fundamental do avanço nacional, nos planos de JK ela teve pouca atenção, no que concerne ao investimento, mas ainda se fazia pertinente quanto ao papel que deveria desempenhar, ou seja, o projeto desenvolvimentista modernizante passou a exigir uma nova Educação, mas qual educação?

O desenvolvimentismo mencionado foi um plano adotado que tinha como objetivo acelerar a industrialização no país, esta foi a forma identificada para superar o subdesenvolvimento. Para o então presidente da República Juscelino Kubitscheck o Plano de Metas seria o caminho para o Brasil ser grande e superar as desigualdades, progredindo a passos largos para o desenvolvimento. Para JK, como ficou popularmente conhecido, 30 são as metas a serem alcançadas, sendo:

Meta 1 - Energia Elétrica; Meta 2 - Energia Nuclear; Meta 3 - Carvão Mineral; Metas 4/5 - Produção e Refinação de Petróleo; Meta 6 - Ferrovias (Reaparelhamento); Meta 7 - Ferrovias (Construção); Metas 8/9 - Rodovias (Pavimentação e Construção); Meta 10 - Portos e Dragagem; Meta 11 - Marinha Mercante; Meta 12 - Transporte Aeroviário; Meta 13 - Produção de Trigo; Meta 14 - Armazéns e Silos; Meta 15 - Armazém Frigoríficos; Meta 16 - Matadouros Industriais; Meta 17 - Mecanização da Agricultura; Meta 18 - Fertilizantes; Meta 19 - Siderurgia; Meta 20 - Alumínio; Meta 21 - Metais Não Ferrosos; Meta 22 - Cimento; Meta 23 - Álcalis; Meta 24 - Papel e Celulose; Meta 25 - Borracha; Meta 26 - Exportação de Minérios de Ferro; Meta 27 - Indústria Automobilística; Meta 28 - Construção Naval; Meta 29 - Indústria e Material Elétrico Pesado e de Mecânica; Meta 30 - Formação de Pessoal Técnico (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1958, p. 8-9).

A única meta relacionada à Educação é a número 30, o que é pouco em se tratando de um país que almejava superar o subdesenvolvimento e, mais do que isso, insuficiente para um governo que ficou marcado historicamente por ser democrático e que pensou em um Brasil grande e desenvolvido, mas que no final só direcionou para o setor educacional 3,4% de investimentos previstos, como podemos ver na FGV: “[...] o setor de educação foi contemplado com apenas 3,4% dos investimentos inicialmente previstos e abrangia uma única meta” (FGV, 2021).

No Paraná, não diferente do resto do país, a Educação também fez parte do centro das atenções dos governadores. E claro que, nas cidades que surgiram no cenário de (re)ocupação dos territórios, a instituição de escolas era parte importante do plano de desenvolvimento: “[...] o processo de escolarização da região esteve intrinsecamente relacionado ao movimento migratório” (ANDRADE; ARNAUT DE TOLEDO; ANDRADE, 2021, p. 6).

Esse processo migratório fez parte do projeto desenvolvimentista federal, e foi a forma que o Paraná encontrou para estar fazendo parte desse sistema no cenário nacional. Porém, como aqui a economia sempre foi basicamente agrária, a forma encontrada e explorada foi a de (re)ocupação dos chamados “vazios” demográficos, e assim, (re)ocupando aumentava-se a produtividade e o Estado participava do projeto desenvolvimentista. A partir da afirmação dos autores acima citados, podemos entender como se deu a escolarização no norte/noroeste do Paraná e, especificamente, em Florái.

Assim, podemos constatar que a Educação nesse momento é um projeto relacionado a (re)ocupação empresarial planejada, a própria Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP) estimulava o investimento empresarial na construção de escolas, como mostra o livro da Companhia: “[...] os particulares que desejassem instalar indústrias, escolas e hospitais, na região gozariam de condições especiais para a compra de áreas urbanas ou suburbanas” (CMNP, 2013, p. 94).

As práticas de povoamento do território adotados nas ações políticas de Moysés Wille Lupion de Troia, Bento Munhoz da Rocha Neto e Moysés Wille Lupion de Troia, respectivamente, careciam de benfeitorias sociais, tais como: rodovias, hospitais, segurança e escolas. Tais infraestruturas e serviços básicos públicos faziam parte do processo de desenvolvimentismo que os governos estaduais “terceirizaram” para o projeto empresarial da CTNP, por exemplo.

[...] A participação mais efetiva da colonização empresarial vai ocorrer a partir de uma situação em que o estado [...] em troca do favorecimento na seção de grandes áreas de terras devolutas mediante pagamentos apenas simbólicos, o estado obtém das empresas a aplicação de seu capital financeiro e de sua experiência na estruturação do espaço urbano e rural do território. Em consequência, se estabelece a perfeita sintonia entre estado e os interesses econômicos dos grandes empresários. O estado abre mão do lucro na venda da Terra aos pequenos, médios e grandes compradores individuais, que fica com os empresários, mas em compensação recebe sem ônus para os cofres públicos, o espaço

organizado e dotado de toda infraestrutura que vai viabilizar a meta maior, qual seja, o estágio desenvolvimentista. [...] (SERRA, 1993, p. 49-50).

O Estado optou por ceder terras à Companhia para, então, receber em troca a estrutura que a (re)ocupação migratória estabelecida pela empresa faria. Esse processo de colonização daria lucro ao Estado indiretamente, pois não precisaria dispor de recursos financeiro para seu projeto de ocupação. Neste contexto, cidades como Floraí, que ocupa uma faixa mais afastada de um grande centro, recebia escolas como parte desse projeto desenvolvimentista, o que seria uma “ferramenta” para chamar atenção dos migrantes, fazendo parte da estratégia de venda de terras.

Floraí, cidade emancipada em 1955, recebeu a atenção devida para o momento. Levando em consideração a importância da instalação de uma escola ginásial na cidade, devemos pensar qual era o contexto político do Estado do Paraná em 1959 e como esse contexto influenciava no desenvolvimento econômico, social e político na cidade de Floraí. Partindo desse pressuposto, começamos a análise um pouco antes da Emancipação Política da cidade, pois os primeiros exploradores (Figura D em anexo) chegaram em meados da década de 1940, como mostra a professora Wanda Maria de Lucca no livro organizado por Remigio Gonzatto, “Isto é Floraí”, de 1971.

Floraí teve seu desabrochar, como a aurora que surge no horizonte, em meados do decênio 1940/1950, quando foram adquiridas as primeiras áreas de terras da Companhia de terra Norte do Paraná hoje Companhia Melhoramento Norte do Paraná pelos senhores José de Lucca, Dr. Sergio Cardoso de Almeida, e Antenor Martins pertencentes na ocasião ao Município de Mandaguari (GONZATTO, 1971, p. 6).

Naquele momento, a mata fechada foi derrubada para dar lugar a estradas e plantações. No livro, a professora Wanda Maria de Lucca se refere aos que aqui viviam como “selvícolas” (silvícola) (GONZATTO, p. 6, 1971), ou sejam, selvagens. Os indígenas e os animais da floresta foram então “substituídos” por estradas e plantações, dando lugar ao chamado “progresso”. Assim se iniciou Floraí, como todas as cidades vizinhas, derrubando a mata selvagem com o pretexto do progresso.

A ideia do ‘vazio demográfico’ cunhada pelos poderosos e difundida pela história oficial acaba por formatar ao longo dos anos a ideologia

do pioneirismo e produz marcas profundas na memória popular da região. Assim é comum ouvir dos 'pioneiros' da (re)ocupação do noroeste, frases feitas como: 'aqui quando cheguei não tinha ninguém, não tinha nada, eu fui o primeiro a derrubar a mata, a construir o rancho, a plantar e a criar'. Ao justificar seu pioneirismo o colono até se arrisca em dizer que antes dele não havia mais ninguém habitando o lugar (ROMPATTO, 2011, p. 1300).

Precisamente em 1947, a família de José de Lucca se juntou a ele para formar a Fazenda Santa Flor, onde hoje se encontra a "entrada da cidade". A partir de então a cidade começou a crescer e se desenvolver, surgindo a primeira estrada que interligava Floraí à Maringá, passando por Iroí, atual Presidente Castelo Branco, conhecida na época como Paranhos (Figura E em anexo). Quanto ao nome da cidade, por muito pouco não foi estabelecido como Genúncia, mas, como afirma Gonzatto: "[...] a atenção era despertada pelas flores silvestres que davam um encanto todo especial a esta terra [...]" (GONZATTO, 1971, p. 7), e foi dessa forma que surgiu o nome do município "**FLORAÍ**", pela junção das palavras, "flor" e "aí".

A migração para Floraí não foi diferente da migração do restante do Estado do Paraná, em que os migrantes se interessavam pelas terras férteis e, no caso específico do Noroeste, pelo incentivo dado pelo Governo do Estado na aquisição de terras. As condições para compra dos "lotes" eram chamativas, a colonização privada era conveniente, sendo que a venda era feita a prazo, com entrada de 30% e o restante pagos em 4 anos com juros de 8% ao ano, com as glebas divididas em 5, 10 ou 15 alqueires. A Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná chamou essa colonização privada de "exemplo pioneiro de reforma Agrária".

Já vimos que a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná não alterou as normas de colonização adotados pelos ingleses, que se revelavam de excepcional conveniência, não apenas para a empresa colonizadora, mas também para todos os que com ela negociavam. A extensa área continuou sendo dividida em lotes preferencialmente pequenos, de cinco, dez, quinze alqueires cada um, todos eles servidos por estradas de rodagem, como acesso a um curso d'água corrente e parte alta propícia ao plantio de café: essas glebas foram vendidas a prazo, mediante o pagamento de 30% do seu valor como entrada e o restante em quatro anos, contando juros de 8% ao ano (CMNP, 2013, p. 131).

Floraí começou a crescer e, nos anos seguintes, as famílias começaram a se instalar: houve a construção da Igreja Matriz na hoje denominada Rua Santos Dumont (em anexo, Figuras F.a e F.b); a instituição da primeira escola urbana na cidade

denominado Grupo Escolar São José (em anexo, Figura G) no ano de 1954, localizada na mesma rua da Igreja; o Grupo Estadual de Floraí, (em anexo, Figura H), em 1957, que mais tarde chamou-se Grupo Escolar Municipal Emiliano Pernetta, hoje denominada Escola Municipal Elena Maria Pedroni.

No ano de 1955 ocorreu a emancipação política da cidade, desmembrada da comarca de Nova Esperança, por meio da Lei Estadual nº 2512 de 1955. De acordo com a Revista Floraí: Cidade Menina Moça⁷, no ano de 1956, mesmo emancipado, Floraí ainda ficou sob a responsabilidade de Nova Esperança, a ex-Comarca e, em 1957, teve como primeiro prefeito o senhor Oswaldo Silva (Figura I, em anexo).

No livro de matrícula do Ginásio Estadual de Floraí, como consta na Figura J (em anexo), datado de 1959, encontramos os locais de onde as famílias vieram, e pudemos concluir que os migrantes que chegaram em Floraí vieram em sua maioria de São Paulo, alguns de Minas Gerais. O que mais despertava o interesse nos migrantes era a terra fértil, mas outro ponto chamava a atenção: a diminuição da produção agrícola nesses estados de origem acelerava a (re)colonização do Estado do Paraná por esses migrantes.

[...] pode-se citar a continuidade do esgotamento das terras ocupadas pela cafeicultura, em algumas áreas de São Paulo e Minas Gerais e a conseqüente queda na produtividade desta cultura, enquanto, no Paraná, havia grande disponibilidade de terras novas possíveis de serem compradas a preços baixos ou possíveis de serem apossados, além do que, havia a ausência de medidas restritivas ao plantio de café, tanto por parte do governo central, como do paranaense (TOMAZI, 1997, p. 164).

Algumas famílias eram de outras regiões do próprio Paraná, mas a maioria vinha de fora do Estado. A “nova terra” disponível e fértil possuía vantagens que, juntas faziam a diferença na escolha desses migrantes pelo estado do Paraná. Floraí, cidade jovem, não era diferente, pois possuía terras férteis e “necessitava” ser explorada, sendo que a principal cultura a ser plantada era o café, velho conhecido de paulistas e mineiros. A cidade de Floraí era, até 1975, predominantemente rural e continua assim até os dias atuais.

A grande maioria da população morava na zona rural e mesmo aqueles que moravam na cidade eram dependentes da cultura oriunda da “roça”, ou seja, do

⁷ Revista Floraí – Cidade Menina Moça – Essa revista teve tiragem anual entre os anos de 1962 a 1983.

ambiente rural. De acordo com isso, as escolas primárias rurais eram várias, somando 18 no total, e cada estrada ou “colônia”, como eram conhecidos os locais onde várias famílias moravam e trabalhavam no sistema de colonato⁸, tinha uma Escola de primeiras letras para atender a população que ali se alojava.

Em 1960, Floraí e seu Distrito Nova Bilac contavam com o total de 12026 habitantes e uma década mais tarde, em 1970, esse número era 11058 habitantes. Nesse ano, o número de pessoas que moravam no sítio era de 7487 habitantes e na cidade 3571 habitantes, ou seja, a população rural era duas vezes maior que a população urbana (IBGE, 1970).

O Ginásio passou por dois prédios antes de ter seu próprio local. No início foi um prédio de madeira, naquela época, a rua se chamava Sete de Setembro, atualmente se chama Rua João Benício de Lucca. Depois, em um prédio de alvenaria na Rua Paraná, junto à Escola Normalista André de Barros (em anexo, Figura K) - somente partilhavam o prédio, mas tinham direções separadas - e mais tarde, foi construído para uso especialmente do Ginásio o prédio onde se encontra até os dias atuais, na Rua Marechal Eurico Gaspar Dutra, nº 215, inaugurado em 23 de março de 1974. Essa construção foi “conquistada” no mandato do prefeito Honório Fagan, no período de 1965-1968 (PREFEITURA FLORAÍ, s.d.).

Em 1959, a soma de alunos matriculados no Ginásio era de 83, distribuídos em 4 turmas, 1º ano A, 1º ano B, 1º ano C e 1º ano D ginásial, dos quais as turmas A e B eram diurnas e as turmas C e D noturnas. Os professores (em anexo, Figura L) desse primeiro ano de funcionamento foram Pe. Paulo Ibrahim Haddad – Latim, Canto e História, Afrânio Nunes dos Reis – Francês e Geografia, Durval Oliveira Amorim – Português, Religião e Educação Física, e Marilda Bressane de Andrade – Matemática, Trabalhos Manuais e Desenho. A professora Marilda Bressane de Andrade também foi designada diretora do estabelecimento pela Portaria 633 de 16 de março de 1959, se tornando a primeira diretora do Ginásio Estadual de Floraí (ARQUIVO DA ESCOLA, Plano de Implantação), como mostramos na Figura M, em anexo.

O Ginásio, como em outras localidades do Paraná, recebia o nome da cidade, e assim, o Ginásio Estadual de Floraí levou o nome da cidade até o ano de 1969, quando, em cumprimento a “[...] determinações da Portaria 5689/68, publicada no Diário Oficial de 27 de maio de 1968, foi aprovado a mudança no nome de Ginásio

⁸ Sistema econômico no qual o trabalhador é um colono (DICIONÁRIO HOUAISS, 2009)

Estadual de Floraí, para Ginásio Estadual Honório Fagan [...]” (ARQUIVO DA ESCOLA: Plano de Implantação, 1972)

Honório Fagan foi prefeito da cidade no período de 1965 a 1968, tendo seu mandato terminado antes do tempo, devido à sua morte por infarto. Em uma visita do governador do estado à Floraí, o então prefeito Honório Fagan requisitou a construção do prédio do ginásio, sendo atendido, a construção começou logo em seguida, ficando pronto no ano de 1974 quando foi inaugurado. “[...] em uma de suas visitas do governador da época senhor Ney Amintas de Barros Braga, [...] o ex-prefeito Honório Fagan solicitou [...] a construção do ginásio estadual Honório Fagan [...]” (GONZATO, 1971, p. 8) Fato curioso, que num primeiro momento o Patrono do Ginásio seria D. Pedro II (em anexo, Figura N.a), inclusive houve reunião para decidir isso, na qual ficou estabelecido como patrono o segundo imperador do Brasil, sendo registrado em ata, no dia 09 de setembro de 1968. Porém, por uma coincidência, a cidade de Janiópolis-Pr fez a mesma escolha, então o pedido de Floraí foi indeferido, tendo que ser feita nova escolha. Nesse ínterim, o prefeito da cidade de Floraí, Honório Fagan faleceu, então, em 23 de janeiro de 1969 foi feita nova reunião, em que ficou estabelecido como patrono Honório Fagan, e este foi deferido, sendo assim o nome ficou Ginásio Estadual Honório Fagan – Ensino de 1º Grau (Figura N.b, em anexo).

O prefeito Honório Fagan teve uma administração elogiada pelos munícipes que viveram à época. Segundo depoimento de José Carlos Ratti, o prefeito foi “visionário em se tratando de política” (RATTI, 2021)⁹.

A visão da Companhia de Terras Norte do Paraná era estritamente capitalista, esta tinha na (re)colonização uma forma de ganhar dinheiro e de expandir seu poder. Para a efetiva (re)ocupação das regiões a Companhia fez alguns investimentos básicos, de necessidades elementares para o desenvolvimento humano. E somente o fez porque esses investimentos fizeram parte do projeto de venda dos lotes, foram propagandas de venda, ou seja, estratégia de comercialização para impulsionar e/ou garantir a confiança do migrante/imigrante. Inclusive fazia parte do plano dos dirigentes da Companhia ter a frente da direção alguém com essas “qualidades” comerciais, de bom negociador.

⁹ RATTI, José Carlos. Entrevista: Projeto Memórias da Educação de Floraí. Floraí, Escola Estadual, 2021.

A conjuntura brasileira alterava-se celeremente, intensificando-se a industrialização e abrindo-se novas oportunidades nos setores da colonização da agricultura e da pecuária. Mas, para tanto, era preciso colocar à testa da empresa um homem de grande descortino, que soubesse não apenas cuidar da parte de repartição e venda de terras, mas que aliasse a esses predicados de comercialização as indispensáveis qualidades de um hábil negociador e político, no sentido mais elevado desses termos (CMNP, 2013, p. 92-94).

As novas oportunidades citadas acima estão intrinsecamente ligadas à exploração de terras no Paraná, aproveitando o momento econômico de outros estados, como São Paulo e Minas Gerais que estavam no fim do ciclo do café, e então a terra fértil do Paraná atraía os experientes agricultores dessas regiões citadas.

4. HISTÓRIA DO PARANÁ: ECONOMIA, POLÍTICA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO – 1950 A 1975

Nesta seção, o intuito é mostrar como estava a situação econômica, política, social e educacional do Paraná no início da década de 1950 e quando o Estado foi devastado pela geada de 1975¹⁰. De 1950 até 1975, o Paraná contou com cinco governadores eleitos por sufrágio universal, sendo eles Moysés Wille Lupion de Troia (1947-1951), Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), novamente Moysés Wille Lupion de Troia (1956-1961), Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1965) e Paulo Cruz Pimentel (1966-1971). Após a Ditadura Civil Militar, instaurada em 1964, dois governadores foram eleitos de forma indireta, são eles: Pedro Viriato Parigot de Souza (1971-1973) e Emílio Hoffmann Gomes (1973-1975). O Paraná começava a segunda metade do século XX priorizando a (re)ocupação dos espaços que eram vistos como improdutivos e chegava à década de 1970 privilegiando a industrialização, apesar de não deixar de ser agrário.

4.1 O PARANÁ MODERNO: O GOVERNO MOYSÉS WILLE LUPION DE TROIA E BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO - 1946 A 1959

O período, que se iniciou na década de 1940 e se estendeu praticamente até a década de 1980, é conhecido no Paraná como o período de desenvolvimento e modernidade, tendo início com o governo Moysés Willy Lupion de Troia depois com Bento Munhoz da Rocha Neto e novamente com Moysés Willy Lupion de Troia, respectivamente eleitos em 1947, 1951 e 1956. Esses três períodos de governo se assemelharam no programa político, onde a “colonização” ou (re)ocupação foi proposta central de ambos os governos, mas se diferenciam na política, sendo Moyses Wille Lupion de Troia populista, Bento Munhoz da Rocha Neto desenvolvimentista.

Essas três gestões, vistas em conjunto, em que pese a rígida polarização entre os candidatos oponentes, não refletem conteúdos

¹⁰ Geada Negra de 18/07/1975. Ficou conhecida como Geada Negra porque queima as plantas por dentro, deixando-as escuras. A geada de 1975 foi umas das responsáveis pelo fim da cultura do café no Paraná (CLIMATEMPO, 2021).

de governo muito distintos. No estilo sim, posto que Bento veicula imagem de estadista intelectual, enquanto Lupion, a de homem do povo. Mas no que se refere às políticas de governo, [...], pode-se dizer que se trata de um mesmo partido ou programa (MAGALHÃES, 2001, p. 57).

Até 1950, o Paraná era um estado produtor de bens primários, considerado tímido no âmbito nacional – sendo que ainda é produtor de bens primários até os dias atuais. Conforme Stelmachulk (2003), dentre esses produtos havia o café, um item que dependia de muitas variáveis:

Nesta época o Paraná era somente um estado produtor de bens primários destinados à exportação. Dentro desse quadro, dependente da produção do café e, antes disso, dependente de todas as variáveis que influenciam o resultado de uma safra agrícola: clima, produção nos países concorrentes, preços, variação do dólar (STELMACHULK, 2003, p. 14-15).

Tudo o que era vendido pelo Paraná era para ser transformado em outros países, então comprávamos o produto transformado. Porém, a partir dos anos 1950 com governos planejando a modernidade do Estado, sob a lógica do desenvolvimento do modo de produção capitalista, algumas mudanças importantes ocorreram.

O Paraná iniciava sua “modernidade” por Curitiba, com a construção do Centro Cívico, para sediar as principais instituições do poder no estado, por ocasião da comemoração do primeiro centenário da Emancipação Política do Paraná em 1953. Prédios grandiosos foram construídos, totalmente diferentes daqueles que existiam e a que todos estavam acostumados. Foram criados o Palácio Iguazu, a Biblioteca Pública Paranaense, o Teatro Guaíra, sendo notável a modernização da Universidade Federal do Paraná. Além disso, existiram nesse período em Curitiba muitos eventos, tais como: congressos, reuniões, exposições e conferências. Tudo isso passava a sensação de novos rumos da economia e da política no Estado.

O governo Munhoz da Rocha, por ocasião das festividades comemorativas do Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná, projetou e iniciou a construção do Centro Cívico. Em linhas modernas, os edifícios que iam surgindo fugiam totalmente dos padrões até então vigentes e aos quais estávamos acostumados. O Centro Cívico consolidava Curitiba como Centro Administrativo do Estado e a transformava na primeira capital brasileira a reunir num mesmo espaço toda sua administração e seus poderes constituídos.

Além do Centro Cívico, construía-se também a Biblioteca Pública do Paraná e o Teatro Guaíra (STELMACHULK, 2003, p. 15).

O desenvolvimentismo e a modernidade estabelecida nesses governos, atendiam às necessidades da oligarquia cafeeira que cresceu em ritmo acelerado, concentrando riqueza e aumentando a necessidade de escoar suas produções. Isso exigiu do governo investimentos em infraestrutura, pois os trabalhadores que se instalavam nessas “novas” fazendas necessitavam de estradas para escoar a produção, de hospitais para o atendimento das famílias, e claro, de escolas para seus filhos, ao menos a escola de primeiras letras. Era comum por parte do governo fazer propaganda do Estado, na intenção de chamar atenção do resto do país; para os governadores, regiões que não estavam “ocupadas” ou eram “ocupadas” por índios eram improdutivas, então havia esse discurso ufanista em relação às benfeitorias feitas no Estado destacando que aqui existiam terras férteis, chamando atenção de muitos. O maior investimento estava nas rodovias, para estas houve apelo para o governo federal auxiliar na construção. Nesse momento, o Paraná se tornava um dos maiores produtores de café do Brasil e pleiteava seu espaço no cenário nacional. Tanto Lupion quanto Bento Munhoz da Rocha Neto engrandeciam o progresso do Estado nos anos 1940 e 1950, evidenciando o papel que este tinha na economia nacional. Em período denominado como uma situação de tranquilidade, prosperidade e modernidade, o intuito era atrair o migrante e:

[...] localizá-los de acordo com suas melhores possibilidades de adaptação, dar-lhes a oportunidade de trabalhar terras férteis e promissoras – esse é, certamente, um programa de trabalho que consulta e respeita os mais altos interesses públicos. E foi o que se fez, no exercício passado, através de uma ação administrativa crescente cuidadora (PARANÁ, 1956, p. 117).

O Paraná despontava no cenário nacional ao tentar melhorar a qualidade de vida da população, o que criava uma expectativa na sociedade. Isso dava prestígio ao Estado, esse esforço em destacar essa prosperidade, e essa tranquilidade não era por acaso, pois visava atrair investimentos, capital, migrantes e imigrantes de toda parte para, então, dar continuidade no plano de ocupação do território do Estado: “a insistência em veicular a imagem de tranquilidade e progresso não ocorre por acaso; visa atrair capitais e mesmo mão de obra para o estado, em franco processo de crescimento econômico” (MAGALHÃES, 2001, p. 58).

O desenvolvimento exigia investimentos, e o atendimento de algumas necessidades básicas, bem objetivas, como a Educação. Alguns grupos que se encaixavam na elite da sociedade exigiam discutir a questão da instituição escolar, pois assim podiam acompanhar o desenvolvimento do Estado - mesmo grupos da elite que já não são considerados tão elitistas assim - pois até mesmo essa classe entendia que, para se manter como elite, necessitava da educação escolar ou o domínio dela. Jose Luís Sanfelice em seu artigo “O Manifesto dos Educadores (1959) à luz da história” nos mostra que “[...] as elites decadentes ou ascendentes discutiram a educação em nome de todos os segmentos sociais, pois o que lhes parecia bom para os seus próprios interesses deveria ser bom também para cada cidadão” (SANFELICE, 2007, p. 544). Isso ocorria no Brasil, e, no Paraná não foi diferente, a modernização e conseqüentemente tudo que veio a partir de sua influência era feito de acordo com os interesses dos dominantes. E quando falamos em quem domina, não é somente a visão do dominante, mas também de quem aceita essa dominação, este também faz parte da dominação.

Quando se fala em história dominante, não se quer afirmar que só é a visão de quem domina, ela é também o olhar de uma parcela significativa da população que a aceita e a reproduz, assumindo-a integralmente, porque ela é prenhe de valores hegemônicos na sociedade brasileira (TOMAZI, 1997, p. 107).

É evidente que, tanto para Moysés Wille Lupion de Troia quanto para Bento Munhoz da Rocha Neto, o que importava era a ocupação do território do Estado: “[...] o objetivo do departamento consiste em enraizar o homem ao solo, estimulando-o e proporcionando-lhe meios para cultivá-lo e estudando também outras fórmulas para assegurar essa mesma fixação” (PARANÁ, 1956, p. 118). Consideravam que regiões ainda não exploradas estavam aptas a serem comercializadas e renderem à economia do estado, mesmo que sem planejamento ambiental ou urbanístico: “[...] para alcançar essa finalidade é a distribuição do solo agricultável aos que tem o firme propósito de explorá-lo trabalhando para produzir e promovendo o engrandecimento do estado” (PARANÁ, 1956, p.118).

Assim, foi feito tudo que era necessário para que pessoas se transferissem para a região norte e noroeste do Paraná com o propósito de desenvolvimento, em que os governantes não pouparam esforços para chamar a atenção dos migrantes, investindo em rodovias, poucas, e que procuravam sanar de imediato o desequilíbrio existente,

ou seja, somente as necessárias. Em Educação, Moysés Wille Lupion de Troia se orgulhava em dizer que construiu inúmeras escolas, afirmando que “depois que assumimos o governo em janeiro de 56, criamos 36 ginásios disseminados por todo o estado, além de estadualizarmos 9 ginásios municipais [...]”, em saúde, tudo em prol do desenvolvimento na ótica capitalista. A Educação, que recebeu uma certa atenção especial, vai continuar a ter atenção no governo seguinte, pois não era só criar escolas para atender a demanda existente, o desafio consistia em criar a escola e manter o estudante nela, pois a evasão e a desistência eram muito grandes.

4.2 O PARANÁ INDUSTRIALIZADO: GOVERNOS NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA E PAULO CRUZ PIMENTEL – 1961 A 1971

Ney Aminthas de Barros Braga foi chefe de polícia durante o governo de Munhoz da Rocha Neto entre os anos de 1952 e 1954, e foi também o deputado mais votado em 1958 pelo Partido Democrata Cristão, o PDC, que era um partido inexpressivo naquele momento. Tornou-se governador do Paraná durante os anos 1961 a 1965, sendo que seu primeiro mandato se iniciou com dificuldades, devido à “herança” deixada do governo anterior.

Ney Braga assumiu o governo do Estado em 31 de janeiro de 1961. A situação do Estado era muito difícil: salários do funcionalismo em atraso, secretaria da Fazenda sem caixa, Banco do Estado do Paraná sob intervenção federal e um estado com muito por fazer em todos os setores. Some-se a isso a falta de integração norte-sul e as queimadas que se verificariam no norte e noroeste do Estado em 1963 (STELMACHUK, 2003, p. 15).

Nos governos anteriores, a preocupação era ocupar território, ou melhor dizendo, (re)ocupar. No governo Ney Braga, outros objetivos foram traçados, tais como a industrialização, e esse governo foi constituído por nomes já conhecidos da política paranaense, inclusive que já haviam participado do governo municipal em Curitiba, como Saul Raiz, Afonso Camargo Neto e o Coronel Alípio Ayres de Carvalho. Outro que fez parte do governo Ney Aminthas de Barros Braga foi o do engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, importante no “ressurgimento” da COPEL. Também vieram o dentista José Richa, o empresário Jayme Canet Jr e o advogado Paulo Cruz Pimentel, todos, mais tarde, foram eleitos para algum cargo político no estado.

A esse novo grupo político que se fortalecia chamou-se 'terceira força', não somente por surgir como uma nova alternativa dentro do Estado, mas também pelo fato de que, mesmo derrotados na eleição majoritária, PTB e PSD continuavam fortes e tinham as duas maiores bancadas na Assembleia Legislativa. A primeira cisão no novo grupo seria protagonizada por Paulo Pimentel e Afonso Camargo (STELMACHUK, 2003, p. 18).

Foi durante o governo de Ney Braga que aconteceu a criação de vários órgãos públicos que tiveram participação preponderante no projeto de modernização. Empresas como: Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), que em 1968 torna-se Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP); Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (Café do Paraná); Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR); Telecomunicações do Paraná S/A (TELEPAR); e Fundação de Desenvolvimento Educacional do Paraná (FUNDEPAR) para implementação do plano paranaense de educação. Outras medidas foram o fortalecimento da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, a reestruturação do Banco do Estado do Paraná, Banestado, e asfaltamento da Rodovia do Café, que facilitou a ligação com o Porto Paranaguá. "O Paraná deu um salto. A renda da economia paranaense cresceu 153% nesse período" (CARNEIRO; VARGAS, 1994, p. 214).

Ney Braga criticava os governos anteriores, dizendo que somente se preocuparam com a ocupação dos territórios, mas não com a infraestrutura, como saúde, educação, saneamento para receber os imigrantes. Outra questão preocupante foi a industrialização, pois esta necessitava de mão de obra especializada. Assim, o governador volta suas atenções para a Educação pública, um setor importante para o desenvolvimento do estado e que melhoraria a questão da falta de mão de obra especializada.

Em torno de um discurso pela 'modernização' do Paraná os governadores dos anos 60 constroem uma imagem pública de homens comprometidos com o progresso (tomando-o de forma ampla) e desligados da área das administrações anteriores. Essas são acusadas como incapazes de perceber os sinais dos novos tempos e de estarem invariavelmente presas a um defasado gerenciamento da 'coisa pública'. Fica, pois, a impressão (a ser avaliada) de que o leitor tem diante de si um outro modelo de político portador de um projeto de modernização, anteriormente desenhado e com uma racionalidade

interna capaz de justificar e orientar todas as ações dos órgãos do Executivo (IPARDES, 1989, p. 56).

Assim como Ney Braga, Paulo Cruz Pimentel também chegou a governador do Estado por um partido inexpressivo, o Partido Trabalhista Nacional (PTN), com 518.935 (51,1 %) vencendo Bento Munhoz da Rocha Neto e governando de 1966 a 1971. Paulo Cruz Pimentel tinha uma visão semelhante à de seu antecessor no que dizia respeito ao desenvolvimento do Estado. A modernização, para ele, também passava pela industrialização e pela modernização da administração da infraestrutura pela administração pública.

Se para Moysés Wille Lupion de Troia e Bento Munhoz da Rocha Neto o migrante era ator principal para a modernização do estado, para Ney Aminthas de Barros Braga e Paulo Cruz Pimentel, esse migrante que buscava a pequena propriedade se tornava “indesejável”, pois a pequena propriedade ia na contramão do que pensavam os novos governos, que era a de um Paraná desenvolvido, não visando o pequeno produtor, mas a indústria, ou seja, uma outra vocação econômica. A política praticada nos governos anteriores, na visão de Braga e Pimentel foram prejudiciais, deixando uma herança negativa para os novos governos. “Mas o Paraná possui recursos suficientes para lançar-se também no sentido da industrialização. O que faltou até hoje foi o interesse dos governos estaduais e federais nesse sentido” (PARANÁ, 1961, p. 7).

Bento e Lupion investiram basicamente numa política de colonização e estímulo à agricultura [...]. Dessa forma pensaram estar assegurando mão de obra e divisas suficientes para manter e estimular a produção material que, por sua vez, asseguraria o padrão de vida moral dos paranaenses. Ney e Pimentel não poupam esforços no sentido de mostrar os limites daquelas propostas, bem como dos resultados alcançados.

Não obstante o caráter denunciativo desses discursos, a crítica formulada por eles mais parece se orientar no propósito de criar espaço para novas propostas. Esses governadores incorporam em seus discursos o tema da industrialização, referindo-se à uma outra ‘vocação econômica’ do Paraná (IPARDES, 1989, p. 61-62).

Para além da industrialização e da “questão agrária” que Ney Aminthas de Barros Braga construiu uma imagem de governo eficiente, tanto Ney Aminthas de Barros Braga quanto Paulo Cruz Pimentel ampliaram esforços em relação à Educação, ou seja, ampliaram a Rede Estadual de Ensino, alegando que a escola não

chegava a todas as crianças e que a maioria que estava matriculada não concluía a quarta série primária. Para Ney Braga, “[...] a educação é talvez, entre todas, a mais importante das funções do Estado. [...] A situação em que encontramos o problema da educação no Paraná pode ser considerada caótica” (PARANÁ, 1961, p. 33).

E pensando nas necessidades do Estado e dos paranaenses promulgou a Lei Estadual de Diretrizes e Bases da Educação e o Plano Estadual de Educação, ambos em 1962. Enfim, a mais destacada diferença de Ney Aminthas de Barros Braga e Paulo Cruz Pimentel em relação aos governos anteriores realmente foi a tentativa de mudança do discurso da vocação agrícola, e a fomentação de um novo diálogo, uma forte retórica em torno da industrialização, porém, foi mais um discurso que propiciou abertura para novas propostas (IPARDES, 1989).

4.3 PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA A NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA: O PARANÁ RACIONAL – 1971 A 1982

De 1971 até 1982, passaram pelo governo do Estado do Paraná quatro governadores, são eles: Pedro Viriato Parigot de Souza – ARENA (Aliança Renovadora Nacional) (1971-1973), Emilio Hoffman Gomes ARENA (Aliança Renovadora Nacional) (1973-1975), Jaime Canet Junior ARENA (Aliança Renovadora Nacional) (1975-1979) e Ney Aminthas de Barros Braga PDS (Partido Democrático Social) (1979-1982) já com um segundo mandato. Governos marcados pela administração considerada racional embasado em planos e programas elaborados visando definir diretrizes de ação, marcado pelo período mais duro da ditadura civil-militar instalada no Brasil em 1964. Desta forma, se pautavam no chamado “milagre econômico” para realizar seus planos políticos.

Com a ditadura civil-militar todos os governos estaduais do país sofreram mudanças, com o passar do tempo ficaram totalmente subordinados ao regime. No Brasil, o que se via era uma ascensão de “[...] tecno burocratas, tais como: Antônio Delfim Neto, Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Golbery do Couto e Silva e outros” (MAGALHÃES, 2001, p. 80). O que se tinha era uma administração da coisa pública com um modelo empresarial. Como mostra Magalhães “[...] na definição do perfil do administrador público prevalece, por sua vez, a ideia de um analista, planejador, realizador” (MAGALHÃES, 2001, p. 80). Ou seja, o governador era um gerente técnico não um político, essa política de planejamento técnico causava uma

separação entre “população e governo”, “transformando a população em mero cliente do estado”. E com esse novo modelo empresarial de administração pública os governadores promoviam o planejamento do Paraná.

No governo Parigot de Souza “coube a Coordenação de Planejamento Estadual elaborar o **Diagnóstico e Diretrizes de Ação** documento que, em sua versão definitiva - **Diretrizes de Ação**, 1973 – foi assumido pelo governo seguinte” (IPARDES, 1989, p. 75, grifo do autor). No governo de Emilio Hoffman Gomes foi elaborado o documento mais detalhado chamado “Sistema de Planejamento do Paraná”, que incluiu a legislação sobre planejamento, e foi também no governo de Hoffman que foi promulgada a lei que definia “uma nova estrutura organizacional básica de cada Secretária, e preparando o plano de governo de Jayme Canet Jr.” (IPARDES, 1989, p. 75). Em se falando de Canet Jr., pode-se afirmar que ele era modelo de “[...] ‘racionalização política administrativa’, onde o programa de **Objetivos e Metas de Desenvolvimento** seria uma adequação da gestão estadual à federal e combinação do setor público ao privado” (IPARDES, 1989, p. 75, grifo do autor).

Na ponta final desse quarteto esteve Ney Braga com o plano “Diretrizes Globais”, racionalização da política de desenvolvimento, com um discurso um pouco diferente dos governantes anteriores:

[...] voltada ao aumento da renda pessoal, de incremento e difusão espacial do bem-estar, de incremento ao desenvolvimento e produção cultural, de aumento da participação do Paraná do esforço nacional de desenvolvimento e de aperfeiçoamento econômica e social para o desenvolvimento ulterior (IPARDES, 1989, p. 7).

Tratava-se de políticas pautadas pelo chamado Milagre Econômico, que traziam à tónica o dito planejamento técnico e provocava uma separação do governo em relação ao povo. Enquanto durou a ditadura, seus líderes golpistas mostravam o procedimento como inovador e progressista até. Assim que a crise definitivamente se instalou e as perseguições políticas foram tornadas públicas, ganharam força os movimentos contra a ditadura e o modelo foi se esgotando, e os grandes problemas nacionais puderam ser sentidos mais cruamente pela população. O fim da ditadura em 1985 deixou graves sequelas na economia brasileira: o desemprego crescente, a hiperinflação e a corrupção, além é claro, da publicização das torturas, assassinatos e perseguições contra cidadãos brasileiros, cometidos pelos golpistas em nome de uma famigerada segurança nacional.

5. O MOVIMENTO DA PEDAGOGIA ESCOLA NOVA NO BRASIL E PARANÁ

Nesta seção, a pauta é entendermos melhor como se deu o movimento da Escola Nova no Brasil e no Paraná, principalmente no período que corresponde ao surgimento da cidade de Floraí e a implantação do Ginásio Estadual de Floraí. As ideias desse movimento influenciaram na forma de preparar o homem para o aparecimento da industrialização, ou seja, uma forma de preparar o indivíduo para o mercado de trabalho industrial que estava surgindo no cenário nacional, ligado ao processo de desenvolvimentismo que tinha sido posto em prática desde meados dos anos 1930.

O movimento da pedagogia da Escola Nova teve maior destaque na década de 1930, quando um grupo de educadores liderados por Fernando Azevedo escreveu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. O grupo que assinou o manifesto dizia que a escola tradicional era direcionada para uma concepção educacional burguesa, que construía um ser individualista. No conceito da Escola Nova esta visa servir ao todo, ao social e que:

A educação nova que, certamente pragmática, se propõe ao fim de servir não aos interesses de classes, mas aos interesses do indivíduo, e que se funda sobre o princípio da vinculação da escola com o meio social, tem seu ideal condicionado pela vida social atual, mas profundamente humano, de solidariedade, de serviço social e cooperação (XAVIER; CRIBARI, 2010, p. 40-41).

Para estes intelectuais, a Escola deve ser pública, laica, universal, gratuita e obrigatória, sem privilegiar uma determinada classe em detrimento de outra. Ao ser lançado em 1932, estava inserido em um contexto bastante conturbado politicamente, em relação ao momento que o país acabara de viver em 1930. A chegada de Getúlio Vargas ao poder foi bastante agitada, o país passava por um processo de reorganização política, consequência da “Revolução de 30”. O Manifesto, “[...]além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita” (FGV, 2021, p.1). Quando escrito, em 1932, o Manifesto tinha uma proposta que deveria ser desempenhada num futuro próximo, sem demora, mas em um breve futuro. O projeto recebeu muitas críticas, principalmente por parte da

Igreja Católica. A igreja era a maior concorrente do Estado no quesito educação, e tinha apoio da sociedade, sendo sua influência enorme na Educação, e esse é um dos pontos discutidos no Manifesto “[...] a função da educação era formar um cidadão livre e consciente que pudesse incorporar-se ao grande Estado Nacional em que o Brasil estava se transformando” (FGV, 2021, p.1). Sendo assim, essa Educação não teria influência de religiões ou ideologias. No que tange essa função, o estudante se torna centro do processo ensino aprendizagem.

A década de 1930 passou, a turbulenta década de 1940 se foi e novamente na década de 1950 o grupo que, no ano de 32 eram 26, se junta e agora somam 189 membros que redigem um novo manifesto. O que na década de 1930 era para o futuro, em 1959 o futuro se fez presente e não havia condições de esperar mais, a conjuntura necessitava uma Educação que acompanhasse a demanda desenvolvimentista. Naquele momento, a necessidade era de discutir de forma mais acentuada as necessidades e as novas características que o novo sistema passava a exigir, ou seja a Educação, necessidade básica e objetiva, estava em pauta para ser discutida, reformada e assim pudesse corresponder ao novo momento. “O Manifesto dos Pioneiros – Mais uma vez convocados”, tem em um de seus tópicos, “Pela Educação Liberal e Democrática”, um posicionamento “[...] em defesa de uma escola pública inspirada nos ideais democráticos, que ministre uma educação liberal e democrática voltada para o trabalho e o desenvolvimento econômico [...]” (SAVIANI, 2013, p. 295).

Voltado para o trabalho e desenvolvimento econômico, é um dos pontos que confirma que o futuro proposto em 1932 tinha chegado, pois “os anos dourados” de JK eram feitos com base no nacional desenvolvimentismo, nas ideias liberais democráticas do regime liberal populista, um sistema que buscou no processo de industrialização suas bases, e com isso a Educação era uma “ponte” que viria a sanar as necessidades que o projeto desenvolvimentista carecia, como de mão de obra especializada, formando o cidadão para o novo mundo existente, o da industrialização. Para a professora Maria Elisabeth Blanck Miguel, “[...] o movimento da Pedagogia da Escola Nova no Brasil surgiu como forma de preparar o homem para a sociedade industrial [...]” (MIGUEL, 2005, p. 3).

No Paraná, segundo a própria autora Maria Elisabeth Blanck Miguel, a “[...] Pedagogia da Escola Nova neste Estado, se fizeram em três fases: início (1920-1938), consolidação (1938-1946) e expansão (1946-1960) dessa tendência pedagógica

(MIGUEL, 2005, p. 4)”. Trazendo para o debate o período de 1946 a 1960 a fase denominada pela pesquisadora de “expansão” de 1946 a 1960.

[...] a expansão das ideias da Pedagogia da Escola Nova foi levada pelos professores que atuavam nas escolas primárias e que eram formados nos Cursos Normais Colegiais ou Cursos Normais Regionais. Estes se referiam à preparação em serviço e eram destinados aos que já atuavam, mas que não possuíam a qualificação necessária para o magistério. Os programas para ambos os cursos inspiravam-se no ideário da Educação Nova (MIGUEL, 2005, p. 7).

Para esta autora, “[...] os princípios norteadores da Escola Nova, no Paraná, se vinculavam com a organização social do trabalho, que fazia parte da organização da sociedade urbana-industrial e era elemento de construção da nacionalidade” (MIGUEL, 2005, p. 7). A Educação se tornara indispensável para a consolidação da sociedade industrial que o governo tinha em mente, sendo assim ela se torna uma condição para se alcançar esse objetivo, tratando a Educação como a principal ferramenta para o progresso do país.

A ligação da Escola Nova no Paraná está intrinsecamente conectada à migração/imigração, portanto com a construção de novos centros urbanos, pois a maior parte do Estado é agropecuário. Sendo assim, o Estado não tem a industrialização disseminada, apesar de ser um objetivo. O projeto de desenvolvimentismo no Paraná é ligado ao plano de imigração/migração que o Estado, junto às empresas privadas de colonização, implantara.

6. A COLONIZAÇÃO EMPRESARIAL DO NORTE/NOROESTE DO PARANÁ

Nesta seção, o propósito é mostrar o projeto planejado de (re)ocupação da região noroeste do Paraná, evidenciando o ciclo de migração que ocorreu durante praticamente vinte anos, no período compreendido entre os meados dos anos 1940 até meados dos anos 1960. O sistema de colonização privado foi um sucesso empresarial, olhando, é claro, pelo lado do interesse capitalista. Comprava-se em grande quantidade, com preços simbólicos, com um longo prazo para pagamento, e vendia-se em pequenos lotes, com parcelamento longo, com lucro garantido. As novas cidades que surgiam nesse processo de (re)ocupação dos territórios iam sendo forjadas à base do desmatamento e, da rápida exploração do solo, com o plantio urgente das lavouras, os chamados pioneiros viram oportunidades em tudo que foi sendo plantado e colhido no chão fértil. A madeira das árvores derrubadas é um exemplo, surgindo as primeiras madeireiras e o primeiro transporte de madeira, dando início ao comércio nas pequenas cidades. Assim, uma terra chamada de nova, com um solo fértil, amparo legal do governo e um vantajoso sistema de colonização privado que beneficiava os mais ricos, foram surgindo novas cidades e aumentando a população chamada de economicamente ativa para o desenvolvimento do Estado.

6.1 A (RE)OCUPAÇÃO DO NORTE E NOROESTE PARANAENSE

A (re)ocupação do noroeste do Paraná teve início ao final do século XIX e início do XX, em uma tentativa de ocupar as regiões do interior do Estado. Foi um processo de povoação dos espaços chamados de vazios demográficos, uma expressão, como compreende Mota, falaciosa, já que aqui vivia a população autóctone, tendenciosamente excluída da historiografia paranaense (MOTA, 2012, p. 97-98).

Essa noção de terra desabitada foi tendenciosamente utilizada pelas empresas de colonização como ideário para justificar sua atuação, e na criação do mito do pioneiro, o desbravador que rompe a mata fechada dando lugar ao progresso. Lucio Tadeu Mota (2012) mostrou que a presença de humanos no Paraná data de 11 mil anos atrás, sendo assim, essa não foi uma região desbravada, mas sim ocupada, tomada pelo homem, e então, para que esse discurso de desbravamento fosse edificado, se produziu a cultura do silêncio. Pessoas, imprensa, políticos, escolas

todos são agentes que ajudam a construir esse silêncio. Usando de uma citação de Pierre Monbeig “[...] os pioneiros são como exércitos que partem para o assalto e as derrubadas são campos de batalha” (MONBEIG, 1984, p. 165). Esses ditos “pioneiros” escrevem que a (re)ocupação foi pacífica e não prejudicou ninguém.

Para entendermos como se deu a (re)ocupação do noroeste paranaense é necessário voltar à primeira metade do século XX, quando foi convidada para vir até o Brasil uma comitiva inglesa para estudar as finanças e reorganizar o sistema tributário com vistas à consolidação da dívida externa com a Inglaterra.

Como membro dessa comitiva estava Simon Christopher Joseph Fraser, (09/07/1911 – 16/03/1995) ou simplesmente Lord Lovat, que cruzou os mares para aqui, em solo brasileiro, se tornar conhecido. Lord Lovat enxergou futuro mesmo quando seus primeiros investimentos não deram tão certo assim. A missão, que ficou conhecida como Montagu, devido ao encarregado dela se chamar Edwin Samuel Montagu ou Lord Montagu, desembarcou em 1924 em solo brasileiro. Ficou pouco mais de dois meses e resumiu sua passagem em um relatório de quinze páginas que abordava finanças públicas, moeda e câmbio, comércio exterior e transportes, principalmente ligado à exportação, e dedicava uma parte ao desenvolvimento do país. Nele se passava a ideia de que o Brasil era, no cenário internacional, apenas um exportador de produtos primários, ou seja, ainda engatinhava no cenário econômico, o que não mudou nos anos seguintes e até os dias atuais, pois ainda somos um país de produtos primários, conforme publicação no Diário Oficial, ano LVIII nº 156, de 29 de junho de 1924, p.15.282-15.297, sob o título Relatório da Missão Inglesa (BUESCU, 1984).

Da visita feita pela comissão inglesa, quem mais se beneficiou foi Lord Lovat, que ficou impressionado com a qualidade do solo brasileiro e, mais ainda, quando veio ao Paraná, por intermédio de Gastão de Mesquita Filho. Aqui adquiriu algumas glebas para beneficiar algodão. Ele recebia o apoio da *Brazil Plantations Syndicate*, de Londres, mas o empreendimento fracassou e então surgiu a *Paraná Plantations* que tinha como representante no Brasil a Companhia de Terras do Norte do Paraná (CTNP).

O negócio falido de beneficiamento de algodão virou um empreendimento milionário do ramo imobiliário e iniciou-se assim a colonização privada mais bem sucedida do país, com vendas de pequenos lotes em pagamentos parcelados a longo prazo, com juros baixos:

[...] a decisão de não se cingir às atividades relacionadas com o plantio do algodão e partir decididamente para a colonização e venda de terras exigia um aumento de capital da Brazil Plantations Syndicate, de 200 mil para 750 mil libras esterlinas (CMNP, 2013, p. 51).

Essa era a visão dos representantes da Companhia na primeira metade do século XX, e que foi apoiada pelos governos de Lupion e Bento Munhoz da Rocha Neto nos seus mandatos respectivamente, ou seja, incentivaram a (re)ocupação dos territórios com a venda facilitada de terras. Foi um plano rentável que beneficiou tanto o estado quanto a empresa privada CMNP.

Essa (re)ocupação privada foi planejada e desenvolveu o maior ciclo de migração do Estado a um ritmo acelerado. A autora Nice Lecocq Muller assinalou que “[...]a espinha dorsal da penetração das vias de circulação, é o espigão divisor de águas entre as bacias do Ivaí e do Paranapanema, com seu topo largo e plano” (MULLER, 2001, p. 100).

A CTNP recebeu em forma de concessão as terras do Estado, ditas devolutas, com pagamento simbólico ao Estado, vendendo essas terras em pequenos lotes. Os grandes fazendeiros não se interessaram por essas terras, então a empresa vendia lotes de no máximo 15 alqueires paulista¹¹, e isso propiciava a venda para mais pessoas, com vários lotes perto de centros urbanos, possibilitando povoar vastas regiões. Assim, utilizava-se de centros urbanos formados por cidades que se tornariam centros comerciais e abastecedores, como Londrina (1930/1934), Maringá (1947/1951), Cianorte (1953/1955) e Umuarama (1955/1960), e foi criado em volta um círculo rural, o chamado cinturão verde: “[...] a ocupação do Norte do Paraná se fez por dois elementos distintos, porém inseparáveis: a colonização rural e a fundação de núcleos urbanos” (MULLER, 2001, p. 103). Esses centros comerciais ou núcleos urbanos foram planejados, com a utilização de técnicas urbanísticas modernas, como, por exemplo, em Londrina.

A exploração do norte do Paraná foi significativamente determinada pelo afluxo de compradores de terras na área da CTNP, onde os ricos solos de ‘terra-roxa’, o clima tropical ameno e a segurança por meio da emissão dos títulos de propriedade logo ficaram conhecidos em todo o Brasil. O problema da localização do norte do Paraná, longe

¹¹ Alqueire paulista equivale a 24.200 metros quadrados, ou 2,42 hectares, para usar a medida agrária mais comum, o hectare (ha).

dos portos de exportação e dos centros populacionais da região costeira foi amenizado após conclusão de uma conexão ferroviária e da expansão da malha rodoviária (SOETHE, 2014, p. 72).

A adversidade em decorrência da falta de malha viária para o escoamento da produção foi aos poucos sendo solucionada pela própria Companhia, porém não por completo. Em 1930, segundo Soethe (2014), eram 421 km de estradas construídas, já em 1950, 20 anos depois, somava 3000 km, em um aumento aproximado de 712% em relação a 1930. A terra roxa, solo perfeito para o plantio do café, o clima, e ainda, a confiança que passou a CTNP para os compradores, foram fatores preponderantes nesse processo de (re)ocupação do noroeste paranaense. Cidades novas surgiram de ano em ano a partir de 1940, todas, como já mencionado, perto de um grande centro comercial, e os novos “patrimônios” como eram chamados, ficavam longe um do outro no máximo 15 km, estratégia da Companhia.

As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciados de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças e legumes. A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 ou 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão. Na parte alta, apropriada para plantar café, o proprietário da gleba desenvolveria sua atividade agrícola básica: cerca de 1.500 pés por alqueire. Na parte baixa construiria sua casa, plantaria a sua horta, criaria os seus animais para consumo próprio, formaria o seu pequeno pomar (CMNP, 2013, p. 70-71).

Ainda hoje ao visitar “sítios” que foram adquiridos nos anos 1950,1960 se vê claramente como são divididos, casa construída ao fundo, com pomar e horta para consumo próprio, com um córrego perto, isso ainda ocorre, mesmo o proprietário morando na zona urbana, a mudança está na cultura a ser plantada, não mais o café, e sim a soja mecanizada.

Diante desse contexto, de (re)ocupação das terras e de crescimento populacional estimulado propositadamente, tanto pela Companhia quanto pelo Estado

para fins comerciais, atendendo os objetivos do Estado em povoar e alavancar a economia, e os objetivos da CTNP de expandir seus negócios e conseqüentemente ter os lucros esperados, foi sendo colocado em prática o plano desenvolvimentista baseado no Governo Federal e que estava em foco naquele momento.

Os discursos dos governadores eram marcados pelas falácias “infraestrutura e industrialização”, visando a modernidade e o desenvolvimento do Estado. Um dos pontos em voga era a Educação, que fazia parte do processo desenvolvimentista, modernizante do Estado. Foram apregoadas duas vertentes para argumentar a importância desta: 1) para assegurar a modernização, o desenvolvimento tanto do estado quanto o bem social da população é necessário acesso à escolas; 2) para se ter mão-de-obra qualificada com objetivo de atender os propósitos da industrialização são necessárias escolas.

Sendo assim, o projeto desenvolvimentista incluía construção de escolas, aperfeiçoamento e/ou formação de professores e conseqüentemente atendimento da demanda escolar. A cidade de Florai surgiu nesse contexto, fazendo parte desse processo de (re)colonização dos espaços ditos “vazios” da parte norte do Estado, e foi uma das várias cidades que estiveram dentro desse plano desenvolvimentista. O que fica em dúvida é se os que aqui chegaram na década de 1940 tinham a consciência de que faziam parte de um projeto de (re)ocupação que tanto Estado quanto CTNP estavam executando.

6.2 A CHEGADA DOS PRIMEIROS (RE)COLONIZADORES EM FLORAI

“Florai Cidade Menina Moça”, revista que durante anos circulou na cidade, apresentava os mais notórios, os melhores comércios e os cidadãos tradicionais do município. A edição de 1983 trazia em sua primeira página um breve resumo da história da distinta cidade, esta estava completando 28 anos e recebeu da revista homenagens por seu aniversário. Os mais notáveis declamaram poemas, os “pioneiros” foram citados, os primeiros comerciantes, aqueles que deram vida econômica à cidade, foram lembrados. Como diz o poema de Mario Peron, família tradicional, “[...] orgulhoso estou bastante. Florai, menina moça. De seu progresso constante” (REVISTA MENINA MOÇA, 1983, p. 6).

Em 1983, a cidade já não estava em franco crescimento, apesar de ainda estar em ascensão, mas a geada de 1975 já tinha deixado marcas que num futuro próximo ia se agravar, mas já naquele momento mostrava as consequências.

O primeiro a chegar e se instalar foi José de Lucca, vindo de Mandaguari (Lovat). Comprou as primeiras terras e formou a Fazenda Santa Flor, terras vendidas pela Companhia de Terras Norte do Paraná. “[...] a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, [...] proprietário de uma gleba na localidade onde se encontra a cidade de Floraí, iniciou em 1947 um loteamento, fundando o patrimônio de Floraí”, conforme consta na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, v. XXXI, 1959, p. 212 (IBGE, 2021).

José de Lucca e seu filho, João Benício de Lucca, em 20 de janeiro de 1947 deram início à cidade de Floraí (REVISTA MENINA MOÇA, 1983, p. 3). Ao longo dos anos outras propriedades surgiram, outros chegaram, famílias que estão na cidade até os dias atuais, como: família Bertoli, família Vieira, família Morati, família Romeiro, entre outras. Foi assim, com a demanda de novos ruralistas que foi proposto à Companhia de Terras do Norte do Paraná a criação de um patrimônio. Aceito, começaram as derrubadas e queimadas, além da demarcação para uma posterior criação de ruas. A cidade, no início, teve um desenvolvimento rápido, já em 1950 a família Fagion instalou a primeira usina hidrelétrica, fornecendo energia para os moradores.

Em 13 de dezembro 1951 foi celebrada a primeira missa por um padre capuchinho vindo de Mandaguaçu – Frei Anacleto¹² - essa missa foi rezada “em um espaço vazio pertencente à família Romeiro, [...] esse lugar passou a ser uma máquina de beneficiar arroz, da família Pedro Contin” (PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO, 2018).

Também em 1951 foi instalada a Casa Brasileira (em anexo, Figura O), com o senhor Nelson de Lima. Em 11 de julho de 1952 “Floraí foi elevado a Distrito de Nova Esperança, através da Lei Estadual n. 016”. Mais tarde foi construída uma capela de madeira (em anexo, Figura P) onde hoje se encontra a única igreja Católica Apostólica Romana da cidade, que foi inaugurada com uma missa em 14 de dezembro de 1958 (REVISTA MENINA MOÇA, p. 3).

¹² O Frei Anacleto de Mandaguaçu, mais tarde Pe. Ângelo Rabachin (*in memoriam*) celebrou a primeira missa no dia 13 de dezembro de 1951. Padre Ângelo mais tarde veio a ser pároco de Floraí por muitos anos.

Ao chegarem em Floráí os agricultores montavam ranchos cobertos com encerados nas proximidades de uma nascente ou ribeirão. A partir daí contratavam ao “Gatos” para efetuarem a derrubada, primeiro cortavam a capoeira com árvores finas, cipós, arbustos, depois com machados e trançadeiras derrubavam a madeira mais grossa. As vezes eram necessários quatro homens para derrubar uma única árvore. O desmatamento dos lotes iniciava-se pelas cabeceiras entrando lotes adentro, em direção ao manancial hídrico. Nos solos originados do Basalto predominavam a Peroba, Figueira, Cedro rosa, Canela, Cabreúva, Guajuvinha, Marfim, Canafistula, Gurucaia, Pau d’alho e o Palmito entre outros. Nas terras originadas do arenito, a vegetação predominante era a Canjerana, Guarita, Coqueiro, Taquara, Pindaíva, Maçaranduba, ingazeiro entre outros. Nos primeiros anos não havia serraria que comprasse as madeiras, com isso, logo após a derrubada, ateavam fogo para fazer a queimada. Somente três a quatro anos depois dos primeiros habitantes, chegaram a Floráí as primeiras serrarias, que passaram então a comprar a madeira. Como a matéria-prima em abundante, os serralheiros só compravam toras com mais de 40 cm de diâmetro e davam preferência para a peroba, o Cedro, a Gurucaia e a Canafistula. Praticamente todas as casas erguidas no município eram construídas com essas madeiras (PREFEITURA DE FLORAI, s.d.)

Madeira de lei era a preferência dos madeireiros, a floresta deu lugar à ruas, comércios e casas e o progresso, sob a ótica capitalista se instalou no patrimônio que acabara de surgir. Esses madeireiros viram a oportunidade de explorar madeira surgir e ser viável, até porque, ao derrubar uma árvore, se ela não fosse beneficiada e transformada, tornava-se um estorvo para os habitantes. Os primeiros comerciantes foram Antônio Granzotti, com um armazém de secos e molhados; Valentin Granzotti, açougue; Nicola Espires, a primeira serraria. Assim como o primeiro delegado, o primeiro cinema foi de responsabilidade de João José Hillen, que se tornou mais tarde o primeiro juiz de paz. Como o negócio de serraria era lucrativo, surgiu a segunda serraria, do senhor Paulo Pires de Lemos. Luiz Braz Massafera foi o primeiro médico a fixar residência; o primeiro hotel pertenceu a Luiz Salvalágio e o primeiro a fazer transporte de madeira foi José Gimenez (foto em anexo, Figura Q). A primeira máquina de beneficiamento de arroz foi instalada por João Cervantes Belmont; o primeiro advogado a advogar na cidade foi um homem chamado Saturnino; a primeira oficina de caminhões foi do popular “MANEZÃO” cujo nome é Manoel de Souza.

De 1947 até 1959, que foi o ano da instituição do Ginásio Estadual de Floráí, a cidade saiu de um patrimônio constituído de uma fazenda para “[...] uma cidade já no caminho do progresso, que aparentava ter um futuro brilhante” (REVISTA MENINA

MOÇA, p. 7, 1983). Podemos constatar a evolução da avenida principal da cidade, chamada Avenida Fagion, observando as Figuras R.a, R.b e R.c (em anexo).

Da chegada dos primeiros exploradores em 1947 até 1955, ano da elevação de Floraí a município, se passaram oito anos, pouco tempo e a cidade já contava com uma população considerável, apesar de só ser recenseada em 1960, quando a cidade estava com 12026 habitantes. No ano de 1958, a zona urbana Floraí contava com mil habitantes, registro esse fornecido pela Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, v. XXXI de 1959. “Aglomeração urbana - No município existe apenas uma aglomeração urbana, a da sede municipal. Por estimativa, sua população atual é de 1 000 habitantes” (IBGE, 2021). Sendo assim, o restante da população era da zona rural, porém, não consta o número de habitantes existente na zona rural nesse período. Floraí esteve em constante crescimento até a década de 1970, que foi marcada pela geada de 1975, em que essa região sofreu com as perdas da agricultura e, conseqüentemente, de população por conta desta.

Floraí, como todo o norte do Paraná, teve marcado 1975 como o ano da geada negra. A cidade que, no censo de 1970 contava com 11.058 habitantes, passou por um momento crucial em sua economia. A geada foi um marco na economia do Paraná todo e Floraí não se sustentou sem o café.

A partir de então, a população começou uma espécie de êxodo. Aqueles que tinham melhores condições financeiras começaram a deixar a cidade rumo a cidades maiores, como Maringá, Londrina, Curitiba, ou até mesmo outros estados como São Paulo, um percurso inverso daquele da década de 1940/1950 quando houve a migração de paulistas e mineiros para essa região. Houve também mudanças no meio rural, as pessoas da cidade foram para outras cidades e as pessoas que trabalhavam na zona rural começaram a migrar para a cidade. Tal fato também se deve ao início da mecanização do meio rural e, claro, a troca do café pela soja, que iniciava um ciclo em todo Paraná.

Atualmente, Floraí conta com 4.906 habitantes, segundo o IBGE, uma economia toda sustentada pelo meio rural, com a soja como produto principal, e tem como prefeita a primeira mulher em 64 anos de história, Edna de Lourdes Carpine Contin (IBGE, 2017).

6.3 A SITUAÇÃO ECONÔMICA, POLÍTICA E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FLORAÍ DE 1950-1975

A cidade de Florai tem economia basicamente agrária, sendo no início o café a principal produção, e a partir da geada de 1975 passou a soja a ser hegemônica. Na década de 1950 o café era no Paraná o produto determinante na economia e o maior produtor de riquezas. Ao chegarem na região que futuramente seria Florai, esses ditos pioneiros observaram a terra fértil e a possibilidade de sucesso que essa área prometia.

Nos anos seguintes, em decorrência do promissor futuro que se vislumbrava, alguns comerciantes começaram a se instalar na cidade, dando início à principal rua, que mais tarde chamariam de avenida. Madeireira, serraria, transporte de madeira, açougue, armazém de secos e molhados, hotel, oficina de caminhões, tudo em uma década, esta que é sem dúvida a década mais produtiva do local, pois é o início de uma geração que permitiria que a cidade tivesse um futuro (REVISTA FLORAÍ MENINA MOÇA, 1983, p. 7).

A Lei Estadual que elevou Florai a município é a nº 2512, de 28 de novembro de 1955, mas o primeiro prefeito só tomaria posse em 15 de dezembro de 1956, junto à primeira Câmara Municipal, ficando essa data como aniversário de Florai, 15/12/1956. O primeiro prefeito foi Osvaldo Silva, o qual recebe homenagem nomeando o Paço Municipal; o período de seu governo foi de 1957-1960 e teve como vereadores Fiorentino Cirilo, João Marcos Vieira, José Ratti, João Quarelli, Onofre A. de Lima, Ruy Espires, Wilson J. de Andrade, Yoshio Furukita, Antonio Kuivida, segundo a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, v. XXXI, de 1959, p. 213 (IBGE, 2021). De 1957 até 1975 estiveram à frente da prefeitura cinco prefeitos, sendo eles: Osvaldo Silva (1957-1960), João Marcos Vieira (1961-1964), Honório Fagan (1965-1968), José Venino Peixoto (1969-1973), Lauro Rafael Fagan (1973-1977), conforme consta na galeria de prefeitos da Prefeitura de Florai. Foi no decorrer desses 20 anos que a cidade teve seu período de maior evolução, construindo escolas, pavimentando ruas, abrindo estradas e recebendo moradores.

Para uma jovem cidade em que a economia era baseada na agricultura, podemos dizer que houve um crescimento relevante do momento em que ocorreu a emancipação até o ano de 1975, ano da geada negra. Esta, pode se dizer, foi a grande

responsável pelo êxodo gradativo que ocorreu a partir de então, em que pessoas com maior poder aquisitivo deixaram a cidade rumo a centros maiores.

Depois de 1975 o produto a ser produzido mudou, o próprio governo do Estado estimulou a retirada do café e impulsionou a troca de cultura, surgindo o plantio da soja e também a pecuária. Assim, Floraí entrou em uma espécie de declínio populacional nas décadas seguintes, freando o crescimento que teve durante as décadas de 1950 e 1960. Do crescimento populacional que nos anos 1960 e 1970 era considerado de ascensão, o período de 1990 a 2010 passou a ser de decesso. Como exemplo, o CENSO de 1991 indicava a população de Floraí de 10.970 habitantes, em 2010, o CENSO mostrou a população 5.050 habitantes e, no ano de 2021, os dados contidos no site do IBGE mostram 4.906 pessoas (IBGE, 2021).

7. O PROPÓSITO DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR EM FLORAÍ NO PERÍODO DE SUA CRIAÇÃO

Esta seção mostra como se deu a Instituição Escolar em Floraí, mesmo quando este ainda era um distrito de Nova Esperança. O grande objetivo da Educação pública é oferecer aos cidadãos qualidade, garantir o apoderamento do conhecimento, contribuir para que as habilidades e competências individuais sejam desenvolvidas, ou seja, fazer com que o sujeito histórico se desenvolva completamente, se é que isso seja possível com o modelo educacional proposto. Isso nos dias de hoje, porque, na década de 1950, o grande objetivo da Educação era ser acessível, universal, gratuita, laica e pública. Para tal, era necessário que o Estado fosse o responsável maior e se declarasse assim.

Em uma cidade como Floraí, que estava nascendo, a implantação de escolas ofereceria à esta cidade a oportunidade de crescer, se desenvolver e evoluir em aspectos sociais, econômicos e políticos, e permitiria aos munícipes a possibilidade de mobilidade social, de mudança estrutural, podendo almejar um futuro diferente. Neste capítulo apresentamos as primeiras escolas, a escola rural e urbana, e fazemos uma síntese sobre o professor, sua formação e sua atuação.

7.1 A INICIATIVA EDUCACIONAL EM FLORAÍ

Com a primeira legislatura instalada na cidade, no ano de 1957, surgiu a primeira escola primária estadual da cidade, o Grupo Escolar Estadual de Floraí (Figura S, em anexo). Era uma escola de primeiras letras, que foi autorizada pelo governo do Estado atendendo à uma solicitação do vereador Nicola Espires, um dos primeiros a (re)ocupar a cidade, que era presidente do Partido Social Democrático (PSD) e oposição ao prefeito Osvaldo Silva. A diretora desse grupo escolar foi a nora do senhor Nicola Espires, conhecida como professora Milena, e mais tarde, esse grupo escolar se tornaria Grupo Escolar Municipal Emiliano Pernetá. Nos registros do Ginásio Estadual Floraí se encontram também registros do grupo escolar Emiliano Pernetá, pois o início deste foi no mesmo prédio.

Existiam nesse momento duas escolas em nível primário em Floraí, o Grupo Escolar Estadual de Floraí e o Grupo Escolar São José, também primária. Sobre a

escola São José não encontramos material, pois, segundo consta, houve um sinistro que acabou perdendo a documentação da referida escola. Foram encontradas fotos da tal escola, porém, nenhum documento. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, de 25 de março de 1959, volume XXXI, p. 211, consta que Floráí tinha “Ensino - Funcionaram no município 6 unidades de ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 506 alunos, em 1956” (IBGE, 2021).

O fato é que não fica bem explicado no referido documento se essas escolas eram todas rurais, já que em outros documentos pesquisados ficou determinado que a primeira escola urbana da cidade é de 1954 e até 1957 foi a única. Portanto, deduzimos que essas seis escolas mencionadas na Enciclopédia sejam todas rurais.

Mas a primeira escola urbana da cidade veio um pouco antes, em 1954, resultado dos esforços da professora Jersei Correia de Assis, juntamente com José de Lucca, que, junto ao prefeito de Mandaguari, conseguiram a instalação do primeiro Grupo Escolar nomeado Grupo Escolar São José (em anexo, Figura T), localizada na esquina com a Igreja Matriz, na Rua Dom Pedro II com a Rua Santos Dumont.

Em 1954 através dos esforços da Senhora Jersei Correia de Assis, primeira professora, juntamente com o seu esposo José Correia de Assis, primeiro farmacêutico, e do pioneiro José de Lucca, conseguiram com o prefeito de Mandaguari a instalação da primeira escola para a localidade, foi denominada ‘Escola Municipal São José’ e ficou instalada na esquina da atual rua Dom Pedro II com a Rua Santos Dumont (REVISTA MENINA MOÇA, 1983, p. 3).

A instalação de escolas no município de Floráí fez parte do projeto desenvolvimentista que o Estado tinha como meta. A escola se tornou uma ferramenta de atração para migração, melhor dizendo, instalar uma escola com estrutura mínima era um dos pré-requisitos para dar continuidade no processo de migração/imigração dirigida, assim, escolas rurais e urbanas foram sendo criadas no intuito de atender a demanda migratória. Estas escolas tinham poucas condições, mas isso será discutido a seguir.

7.1.1 As Escolas Rurais

Desde 1930, já existia no Brasil a formação voltada para os professores das escolas rurais, havia demanda devido ao crescimento populacional em função da

lavoura cafeeira. O projeto de formação ocorreu até 1971, e culminou no Paraná com processo de (re)ocupação dos territórios ditos “vazios”, principalmente durante o processo de colonização privada. A orientação da UNESCO era que fosse oferecido aos estudantes do meio rural o mesmo ensino do estudante da zona urbana.

Em 1936, a UNESCO, na Recomendação nº 8 concernente à Organização do Ensino Rural, fazia várias recomendações aos Ministérios da Instrução Pública que orientaram o ensino rural também no Brasil. Dentre elas, a de que fosse assegurado o mesmo nível de qualidade de educação para as zonas rurais como o proporcionado às escolas das zonas urbanas dando condições aos alunos das zonas rurais [...] (MIGUEL, 2011, p. 22).

De acordo com os livros ata do Departamento de Educação de Florai, existiam várias escolas rurais no município, sendo dezoito no total, somente em Florai, excetuando as escolas que existiam na região do Distrito Nova Bilac, e toda colônia tinha uma escolinha, como gentilmente os moradores chamavam. Essas escolas foram sendo instaladas entre os anos de 1960 a 1980. Antes de 1965, elas não recebiam os nomes aqui mencionados, porém não tinham um nome específico para podermos citar.

Quadro 1: Lista das Escolas Rurais de 1960-1980 – Florai

1.	Adelina Fagan
2.	Água Boa
3.	Costa E Silva
4.	Ermelinda Peron
5.	Getulio Vargas
6.	Ivone Pimentel
7.	Ney Braga
8.	Nossa S ^a Das Graças
9.	Paulo Pimentel
10.	Princesa Isabel
11.	Rocha Pombo
12.	Rui Barbosa
13.	Santa Adelia
14.	Santa Amelia
15.	Santa Barbara
16.	Santa Luzia
17.	Souza Naves
18.	Verdelandia

Fonte: Livro Isto é Florai – 1972

As escolas que receberam nomes de figuras políticas, como: Ney Braga, Rocha Pombo, Princesa Isabel, Getúlio Vargas e Costa e Silva foram criadas já nos anos de 1973 até 1981. As outras que receberam nomes de munícipes e santas foram criadas entre os anos 1960 a 1980. Não há registros com a data exata da criação das escolas no material disponível guardado. A primeira escola rural de Floraí é mostrada na Figura U (em anexo), localizada perto do distrito de Nova Bilac. Não há registro da localização exata, nem nome da escola, a professora era dona Jessira, de jaleco branco.

Cada escola era localizada em estradas e sítios, tais como: Escola Adelina Fagan localizava-se na estrada Paulo Felipe; Escola Ermelinda Peron estava na estrada Damião; Escola Getúlio Vargas na estrada Genúncia; Escola Nossa Senhora das Graças na estrada Inácio; Escola Ney Braga estrada Marinozi; Escola Princesa Isabel estrada Genúncia; Escola Rocha Pombo estrada Domingos Lopes; Escola Rui Barbosa estrada Genúncia; Escola Santa Adélia estrada Reserva no sitio da família Calabrês; Escola Santa Amélia estrada Reserva no sitio da família Pinotti; Escola Santa Luzia colônia Mandaguari; Escola Souza Naves estrada Reserva; Escola Verdelândia estrada Perón; Escola Água Boa na divisa com o distrito Nova Bilac; Escola Santa Barbara sítio Kitagawa em Nova Bilac. Essas informações estão nos livros de registros e atas das escolas, porém estão marcados a lápis, outra informação consta no livro de Remigio Gonzatto (1971) (Figura S, em anexo). Alguns nomes mudam da informação retirada do livro de registro para esta contida no livro organizado por Gonzatto.

Em relação à estrutura dessas escolas, elas eram feitas de madeira, continham uma única sala que recebia todos os estudantes independentes de série, chamado de sistema multisseriado. O aumento do número de escolas era intimamente ligado ao projeto de (re)ocupação e da colonização que ocorria na região, priorizando o pequeno agricultor. Era um desafio para o Estado a escolarização primária, pois a demanda não era vencida pela quantidade de escolas construídas e nem de professores capacitados. A CTNP proporcionou uma colonização sistematicamente planejada, oferecendo meio de transportes, incentivo para o desmatamento, cuidados médicos, quando necessário, e até a construção de escolas. No entanto, não de estrutura, portanto, eram condições básicas, as escolas não tinham ventilação, luz, água, tudo bastante precário.

No que se refere ao ensino primário, é sabido de todos o nosso profundo déficit em unidades escolares, em todo o estado. Evidentemente, tal déficit, não pode ser sanado no primeiro instante, e as medidas adotadas para enfrentá-lo tinham de ser medidas de emergência. Com essa preocupação, determinamos que, na abertura das aulas das escolas daquele grau, se procurasse recolher em nossos grupos e escolas isoladas existentes todas as crianças que batessem as suas portas (PARANÁ, 1956, p. 12).

Ao que se vê, as crianças eram recebidas nas escolas existentes, mesmo sobrecarregando o local e os professores, mas a estratégia era atender a todos. A ideia era dar um pouco de Educação a todos, não era uma medida permanente. Em Florai não era diferente do resto do estado, as “escolinhas” atendiam às crianças das colônias e que as famílias procuravam escolarização. Tomemos a fala de Marc Bloch (2001, p. 60) “[...] nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo do seu momento. Isso é verdade para todas as etapas da evolução”. As escolas adotavam o sistema multisseriado para as aulas, ou seja, todas as series em um único espaço, era a forma de estudo utilizado pelos professores. Normalmente o professor era um ex-aluno da própria escola, que já havia concluído o quarto ano primário. Apesar do Governo tentar oferecer a escolarização, ela foi de certa forma precária, já que não havia num primeiro momento um planejamento de formação de professores. Isso só veio acontecer mais tarde, mesmo tendo já em decreto a obrigatoriedade da formação de professores do Ensino Normal, esse decreto fazia parte das Leis Orgânicas de 1946, é o “decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal” que determinava:

Art. 1º O ensino normal, ramo de ensino do segundo grau, tem as seguintes finalidades:

1. Prover à formação do pessoal docente necessário às escolas primárias. 2. Habilitar administradores escolares destinados às mesmas escolas. 3. Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância (BRASIL, 1946).

Não podemos deixar de salientar que a educação para as crianças, jovens e adultos do campo não era somente uma busca das famílias, era uma necessidade econômica, pois esses agricultores eram considerados ignorantes e que praticavam técnicas rudimentares em suas lavouras, atrasando o progresso, um preconceito que insinuava que todo trabalhador do campo era um sujeito atrasado, inculto, e que servia apenas para trabalho braçal. Essa necessidade econômica levou tanto governo

quanto a Companhia de colonização a instituir escolas rurais proporcionando o acesso da comunidade rural à educação.

Não há, em todo o Brasil, oportunidade melhor que a hora vivida pelo Paraná em suas zonas rurais, para o início dessa assistência. Ao contrário do que acontece nas maiores áreas nacionais, é insignificante no Paraná o êxodo das populações para as cidades. E o movimento migratório interno, que há tempos se processa no país, talvez o maior que a história nacional registra, está povoando intensamente as nossas melhores terras de lavoura. Os contingentes humanos que procuram ininterruptamente o norte e o noroeste do Estado, a maior faixa contínua de terras férteis no Brasil, e as correntes imigratórias que, oriundas do extremo sul, procuram o sudoeste e oeste paranaense, garantem uma prosperidade sem par ao nosso Estado. O Paraná possui, desde 1920, o maior crescimento demográfico do Brasil, está sendo intensamente povoado e trabalhado. Mas essa expansão não se faz sem os dramas do homem rural. É necessário que o poder público venha assisti-lo e, aqui, o pode fazer em condições melhores que na maioria dos Estados brasileiros, evitando-se a formação de problemas complexos no futuro (PARANÁ, 1951, p. 6-7).

Floraí, com suas dezoito escolas rurais, instituídas entre os anos 1950 a 1980, sanou momentaneamente o problema da Educação das crianças do campo, tendo em vista que a maior população era rural, constituindo a maior demanda. A primeira escola rural de Floraí surgiu em 1951, localizada na estrada que liga Floraí à Nova Bilac, distrito de Floraí, sem uma localização exata. Dizemos momentaneamente, pois apenas o domínio as primeiras letras não seria suficiente num futuro próximo, e então surgiria o problema do acesso à escola de ensino secundário, tal qual o Ginásio.

Para além disso, a escola rural era o meio encontrado para sanar o problema da falta de escolaridade do homem do campo, já que nessas escolas frequentavam crianças e adolescentes com mais idade, para “reparar” o problema da falta de formação para as técnicas modernas, ou seja, escolarizar o camponês para modernizar as técnicas e conseqüentemente aumentar a produtividade e os lucros.

7.1.2 A Escola Urbana

Em 1954 surgiu a primeira escola urbana, o Grupo Escolar São José, que ficava em frente à Igreja Matriz da cidade. Em 1957, com a interferência de políticos locais, opositores do prefeito, surgiu o primeiro grupo, o Grupo Escolar Estadual de Floraí, que ficava localizado na entrada da cidade, onde antigamente se chamava estrada

Genúncia, depois Sete de Setembro e hoje conhecemos por Rua João Benício de Luca. Foi nesse mesmo local que o Ginásio começou, junto ao grupo escolar (Figura V.a., em anexo). Nesse prédio, o Ginásio ficou 1959 até 1966, até ser transferido para um prédio na Rua Paraná e depois em definitivo foi instalado no prédio que está até os dias atuais, situado à mesma rua, porém em local diferente, no ano de 1974.

A estrutura dos prédios segue a engenharia do momento, um prédio de madeira que foi cedido para uso por um dos moradores da cidade, o senhor Nicola Espires e que naquele momento foi utilizado por duas escolas, o Ginásio e o Grupo Escolar. No segundo prédio, utilizado pelo Ginásio (Figura V.b, em anexo), onde ficou por volta de oito anos, funcionava também a Escola Normal André de Barros. O terceiro prédio onde se encontra até os dias atuais (Figura V.c, em anexo), foi seguido um parâmetro regional na engenharia para construção, sendo que outro prédio igual em estrutura foi construído na cidade de Mandaguaçu, onde se encontra o Colégio Estadual Parigot de Souza (GONZATO, 1971).

Outra escola de grande importância para o município de Floraí foi a Escola Normal Colegial Estadual “André de Barros”, escola normalista que desde seu início se destacou no seu papel de formadora de professores. Ela foi instalada em Floraí em 1961, mas o decreto que legalizou sua instituição é de 1964, Decreto nº 14.194/64, de 20 de fevereiro de 1964, nesse período de 1961 até 1964 a referida escola foi uma extensão da Escola Normal Regional “Rainha da Paz” de Alto Paraná – Pr, hoje denominado Colégio Estadual “Rainha da Paz”. A Escola Normal esteve vigente em Floraí de 1961 até 1979, dezoito anos, quando se tornou Colégio Paulo VI – Ensino Regular de 2º Grau, e mais tarde Colégio Urbano Pedroni – Ensino de 2º Grau, onde as habilitações de Magistério, Básico em Saúde e Contabilidade foram ministradas por quase duas décadas seguintes.

7.1.3 O Ginásio Estadual de Floraí

Entende-se historicamente que as mudanças na educação acontecem pela necessidade da transformação, esta rompe com paradigmas, ao Ginásio de Floraí coube muitas mudanças, todas envolvendo professores, alunos e comunidade. O Ginásio Estadual de Floraí, instituído em 17 de março de 1959 pelo Decreto nº 22383, é uma dessas mudanças transformadoras que trouxe grandes benefícios à cidade de Floraí e aos munícipes. Atualmente a escola está localizada à Vila Ernani, Rua

Marechal Eurico Gaspar Dutra, nº 215, esquina com a Rua Paraná, mantida pelo governo do Estado e sob a jurisdição do Núcleo Regional de Educação de Maringá (PPP E. E. Honório Fagan, 2017, p. 7).

Em 1959, ela estava situada à estrada Genúncia, hoje conhecida por Rua João Benício de Lucca, homenagem àquele que é considerado um dos pioneiros da cidade, ou seja, aquele que primeiro explorou economicamente essa terra. O prédio final do Ginásio, onde se localiza até hoje, tem área construída de 1100 m² com área total de 6650 m², dividido em dois blocos, um para o administrativo outro para os discentes interligados por pátios cobertos, conforme consta no Plano de Implantação, obtido nos arquivos da Escola.

Devido às mudanças nas leis que regem a Educação, o Ginásio trocou a nomenclatura mais de uma vez.

Cumprindo a determinação da Portaria nº 5689/68, publicada no Diário Oficial de 27/05/68, foi aprovada a mudança de nome do Ginásio Estadual de Florai para o Ginásio Estadual 'Honório Fagan'. Com advento da Lei nº 5692/1971, o Ginásio Estadual 'Honório Fagan' passou a denominar-se, através da Deliberação 40/75 de 11/12/75, Escola Honório Fagan – Ensino de 1º Grau e através da Resolução nº 1528/83, foi alterado o nome para Escola Estadual Honório Fagan – Ensino de 1º Grau. Com a reformulação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96 e da Deliberação 003/98 – CEE e Resolução 3120/98 – SEED passou a denominar-se Escola Estadual Honório Fagan – Ensino Fundamental, que permanece até a presente data (PPP, 2017, p. 7-8).

Do ano de 1959 até o ano de 1975, que é o recorte desta dissertação, passaram pela direção do Ginásio sete diretores. Sendo eles:

1º diretora: Professora Marilda Bressane Andrade, nomeada pela Portaria nº 633 de 16/03/1959; 2º diretor: Professor Luiz Alberto S. e Silva, com a Portaria nº 295 de 21/01/1961; 3º diretor: Professor João Antonio dos Santos, através da Autorização nº 197/62 de 28/03/1962; 4ª diretora: Professora Cleuza Freitas Ferraz, nomeada através da Portaria 671/63; 5º diretor: Professor José Pereira, nomeado através da Autorização nº 929/66 de 11/04/66; 6º diretor: Durval de Oliveira Amorin – 1968; 7ª diretora: Professora Wanda Maria de Lucca, nomeada através da Portaria nº 6129/69 de 22/07/1969. [...] (PPP, 2017, p. 8).

O Ginásio nasce da necessidade, o que é um feito para a cidade, na verdade é uma carência que o governo do Estado deveria sanar; não se pode enxergar a

instalação do Ginásio como um “presente” apenas, ele é mais um passo no cumprimento do plano governamental, é um requisito prometido na “propaganda” feita ao migrante/imigrante e Floráí está dentro desse contexto.

No ano de 1959, foram 83 os alunos matriculados no Ginásio (Figura X.a, em anexo), dividido em quatro turmas, em 1960 foram 87 alunos matriculados (Figura X.b, em anexo), em 1961 o número foi 90 alunos matriculados (Figura X.c, em anexo) e nesses três anos não houve exame de admissão para ingressar no curso ginasial. Já no ano de 1962, houve exame de admissão e foram um total matriculados de 85 alunos. Um pouco mais de uma década após ser criado, no ano de 1971, o Ginásio contava com 498 alunos matriculados, um número já expressivo, contanto com o tempo de criação (Figura X.d, em anexo))

A partir de 1962 (em anexo, Figura X.e), o número de procura pela formação ginasial aumenta exponencialmente, transformando a oferta de vagas menor que a procura, o que justifica o exame de admissão. É a partir desse ano com a procura dos discentes que o Ginásio se consolida na cidade, o que era uma necessidade do Estado se torna uma necessidade da sociedade, a procura pelo ensino ginasial, melhor dizendo, a continuidade da formação vem atender a demanda econômica, projeto esse iniciado nacionalmente em 1950, e que agora está estabelecido.

Atualmente o Ginásio que hoje se chama Escola Estadual Honório Fagan – Ensino Fundamental, conta com 8 turmas no total, sendo 4 no período matutino e 4 no período vespertino, onde está dividido em 6^o, 7^o, 8^o e 9^o anos. A soma dos alunos dá 222, divididos nos dois turnos, 112 alunos de manhã e 110 alunos à tarde. A equipe docente conta com 19 professores, a diretora senhora Hilda Bufalo está à frente da escola aproximadamente a seis anos. A escola que ainda é chamada por todos da comunidade de “Ginásio” tem uma demanda pequena de alunos hoje, mas ainda é uma referência na cidade, sendo a única escola de “anos finais” do ensino fundamental (Figura X.f, em anexo).

Existem na cidade de Floráí nos dias atuais três escolas, uma de Ensino Fundamental I, Escola Municipal Elena Maria Pedroni, a Escola Estadual Honório Fagan – EF II e o Colégio Estadual Urbano Pedroni – Ensino Médio. Segundo dados do IBGE, em 2020, as Escolas de Ensino Fundamental I e II somaram nesse ano 508 matrículas e o Ensino Médio, 136 matrículas. No Censo de 2010, a taxa de escolarização do município na faixa etária de 6 a 14 anos é de 97% com população

de 5.050 habitantes e, em 2020, a população estimada é de 4906 habitantes (IBGE, 2020).

Tabela 2: Dados retirados do Censo 2010 (IBGE)

JOVENS ENTRE 5 E 24 ANOS				
FAIXA	HOMEM	MULHER	TOTAL	%
5 a 9	128	109	237	17%
10 a 14	175	175	350	25%
15 a 19	211	229	440	31%
20 a 24	219	180	399	28%
	733	693	1426	

Fonte: IBGE (2010)

Na tabela 2, mostramos a quantidade de jovens entre 5 e 24 anos, dados do Censo 2010, onde a quantidade de jovens em idade entre 5 e 14 anos, que estavam em idade escolar de ensino fundamental anos iniciais e finais era de 587, correspondendo à aproximadamente 42% da população jovem da cidade. Consta no site do IIBGE que, em 2010, a taxa de analfabetismo entre 15 anos ou mais era de 8,16% .

Em se tratando de matriculados atualmente nas escolas do município, o Ensino Fundamental conta com 508 matrículas e o Ensino Médio com 136 matrículas. O ensino Fundamental é dividido em I e II, onde a Escola Estadual Honório Fagan – E. F. II, a escola objeto dessa pesquisa, conta com 222 matriculados na soma de dois turnos (manhã e tarde) como é mostrado na Figura X.f (em anexo). O restante das matrículas, ou seja, 286 são do Ensino Fundamental I (primário).

7.2 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PROFESSORES

Não era incomum haver professores que não tinham formação específica para exercer a profissão na década de 1950 no interior do Paraná. Muito jovens entraram em sala para se tornarem exemplo, como diz Lourenço Filho:

[...] intervir na formação infantil de um determinado grupo social; o professor público que abre uma escola, cujas aulas muitos jovens são obrigados, muitas vezes, a frequentar, com exclusão de qualquer outra; o professor público que pode instilar, sutilmente, nos espíritos em formação, o preconceito e o erro, como a ideia nova e a teoria avançada, a traça dos bons ou dos maus sentimentos; o professor

público – homem ou mulher – chega a ser um tipo social altamente perigoso quando não logra possuir os atributos essenciais e indispensáveis ao seu mister delicado, piedoso, às vezes, enérgico sempre, profundamente cívico e moralizador, por excelência quando bem cumprido (FILHO, 2001, p. 10).

Um jovem professor tinha que ministrar aulas com pouca formação. Em um relato feito pela professora Vera Lucia Granzotti Baule, professora que lecionou em uma escola rural nos anos 1970 e mais tarde foi professora do Ginásio Estadual de Florai¹³ também, ela esclarece que nem sempre os professores estavam formados ao menos com o Magistério. Alguns fizeram depois de já estarem em sala de aula.

Tinham pelo menos o magistério. Muitas só fizeram depois que já estavam lecionando. Éramos subordinadas a uma Inspeção Municipal de Ensino e fazíamos os planejamentos de acordo com os livros didáticos e baseávamos muito nas experiências das mais velhas. Reuníamos no sábado na Inspeção e cada grupo preparava aula para uma série que desse para uns quinze dias mais ou menos. Aí trocávamos os diários de sala para copiar no final de semana. Coitadas das que tinham quatro séries (BAULE, 2021).¹⁴

Todo o professorado era conduzido ao preparar as aulas, o planejamento era feito estritamente com base no livro didático, além de ser acompanhado pelo inspetor antes de ser ministrado, e sem poder “fugir” disso cada professor procurava ajuda um com outro. As condições eram bem difíceis, segundo a própria professora Vera Granzotti Baule, as escolas ficavam longe da cidade e elas tinham que ir de kombi¹⁵, o meio de transporte disponível para elas. Segundo ela as crianças ajudavam na limpeza, na merenda, inclusive disputavam o direito de ajudar as professoras.

A merenda a gente levava pronta, em uns galões de alumínio. As crianças levavam pratos, talheres e copos. As avaliações não eram preparadas por nós, mas pelo pessoal da inspeção. Nas séries iniciais elas vinham na escola para tomar a lição em uma ficha preparada por elas. Imagina o medo das crianças.

Eu era recém-formada fui contratada pelo município porque meu pai pediu para o prefeito me contratar, na época não tinha concurso nada, aí o prefeito me contratou eu estava no último ano do magistério peguei uma sala com crianças para alfabetização, a dona Laura tinha saído de licença eu peguei aquela turminha. Eu não sabia nem como

¹³ No momento em que a professora Vera Granzotti Baule deu aula no Ginásio, este já se chamava Ginásio Estadual Honório Fagan.

¹⁴ Fala da prof.^a Vera Lucia Granzotti Baule. Professora que lecionou no Ginásio e em escolas rurais de Florai.

¹⁵ Carro da marca Volkswagen.

começar, então, na época, no magistério eles ensinavam um método chamado Erasmo Piloto ou o método da bola. Se você pesquisar você vai ver que tem alguns passos e esses passos deveriam ser seguidos à risca, então eu comecei a seguir esse método que tinha sido ensinado no magistério, minha mãe inclusive era professora e usava. E então eu comecei a seguir o método e fui alfabetizando de acordo com o método da bola, mas era um método lento, quando chegou em julho teve a Inspetoria e uma das inspetoras veio e tomou a lição dos alunos, formou uma fila, ela ficava sentada do lado de fora da escola e as crianças esperando-a. Com uma ficha chamava o nome a criança saía ia até ela, e lia o que ela mostrava. No início eram palavras depois frases, depois texto, e as minhas crianças não souberam ler. Então eu fui chamada na Inspetoria quando terminou. Olha, disse ela, as crianças de todas as escolas já estão lendo menos as suas elas, estão muito atrasadas, não estão sabendo ler. Cheguei em casa, chorei um monte. Peguei minha bicicleta, fui parar na casa da dona Jandira, uma professora experiente de primeira série e lá eu pedi como ela ensinou as primeiras letras, pois o método que eu estou usando não estava dando certo. Ela me disse, ensina primeiro o alfabeto para eles, depois disso as vogais, depois vai ensinando B com A da BA, B com E dá BE. Então eu fiz o que ela falou mas eles precisavam de tempo, iria começar tudo do início, então eu reuni com os pais expliquei que eu ia ficar na escola no período da tarde para continuar ensinando aqueles que precisassem, aqueles que não tinham aprendido. Ia fazer como reforço, eu ia de manhã e ficava o dia todo, como eu já estava começando a faculdade, ficava o dia todo. Às 5:00 (17 horas) ia para estrada pra esperar o ônibus da faculdade, ia tomar banho só Na hora que chegava da faculdade 11:30, meia noite. E fui ensinando por esse método e quando chegou no final do ano todos os alunos já estavam lendo... (BAULE, 2021)¹⁶.

Poderíamos falar em riqueza de experiência com todas essas façanhas que as professoras viviam. Mas temos que entender que, de fato, essa falta de condições era prejudicial, tanto para o professor em questão quanto para o estudante. A falta de estrutura, a falta de respaldo e de certa forma a cobrança vinda de cima, por parte da Inspetoria não beneficiava ninguém. No relato acima a professora diz que estava começando a faculdade no primeiro ano em que começou a lecionar. Esta era a situação da maioria dos professores, eles detinham o Magistério e somente depois de já estar ministrando aulas é que tinham condições de fazer a faculdade, até porque na legislação da época o Magistério era suficiente para estar apto a ser professor e ministrar aulas.

¹⁶ BAULE, Vera Granzotti. Entrevista: Memórias da Educação de Florai. Florai: Escola Estadual, 2021.

O retrato mencionado está inserido dentro do contexto cultural do Estado do Paraná, no que diz respeito à formação de professores. Essa prática enraizada é de longa data, apesar de que já está sendo combatida, mas a falta de formação do professor está intrinsicamente ligada à política educacional adotada ao longo do tempo. Desde o remoto tempo da província Paraná, o presidente então destacava que um dos motivos de não incentivar a formação de professores é a falta de verbas, e também pela falta e interesse de pais e de alunos em estudar (RUCKSTADTER, 2020). Alguns nem detinham o magistério, eram professores primários com formação em cursos de mais de 24 horas, como mostra o *Curriculum Vitae* na Figura W (em anexo).

Era uma preocupação do governo do Estado em 1956 a formação dos professorados, em uma determinada parte da Mensagem de Governo de 1956, Lupion, então governador, cita:

Começamos com os estabelecimentos de ensino normal, um problema cuja gravidade fica evidente quando se sabe que mais da metade do nosso magistério primário não tem informação secundária da informação profissional especializada e que as nossas exigências, neste campo, crescem dia a dia, em grandes proporções (PARANÁ, 1956, p. 129).

A preocupação do governo do Estado fica evidente devido a evasão escolar por exemplo, pois a falta de professores qualificados é uma das causas da evasão.

[...] Outra questão foi a da evasão escolar, provocada, em parte, pela falta de conscientização da população sobre o valor do ensino e, em parte, pela falta de professores habilitados, de equipamentos e instalações adequadas, aspectos desmotivadores da frequência à escola. As providências do Governo canalizaram-se para o maior incentivo à formação de professores pela Escola Normal e para a construção de prédios escolares (OLIVEIRA, 2001, p. 146).

Em sequência, na mesma Mensagem, é mostrada a quantidade de unidades para formação do Magistério criadas no ano de 1956, que no total somam nesse ano 48 escolas, enfatizando sua preocupação com a formação de professores. O que não fica elucidativo nessa questão, é se o objetivo seria a formação do professor essencialmente para atender a sociedade e melhorar a condição de vida dos cidadãos ou, se para dar respaldo ao plano desenvolvimentista com foco no capital e no lucro.

No decorrer dos anos e mesmo com mudanças de governos, alguns pontos não mudaram muito. Em 1967, no governo de Paulo Cruz Pimentel, são mencionados os números referente ao professorado do Estado:

Quanto a distribuição dos professores a situação é a seguinte: num total de 35046 professores, 71% são estaduais, 27% municipais e somente 2% particulares. Na capital 92% dos professores são mantidos pelo estado, 2% pelo município e 6% por entidades particulares. No interior, 68% são estaduais, 31% municipais e somente 1% particulares.

Quanto a formação pedagógica 35% são normalistas, 12% regionalistas, 37% sem habilitação e 17% sem informação. [...]

Do total geral, 35% são normalistas de grau colegial e 12% de grau ginasial, concentrando a capital 73% dos professores normalistas de grau colegial. Do número geral de professores, 1296 estão adidos e 749 em licença. [...]

Em 1967 verificaram-se 2132 conclusões de cursos de escolas normais ginasiais e 4137 em escolas normais colegiais do estado, num total de 6269 novas professoras (PARANÁ, 1968, p. 93-95).

Nota-se a partir da citação acima que a formação de professores ainda era uma preocupação em 1967, e ainda que no interior do Estado os professores formados eram um número muito menor que os da capital. O que fica evidenciado que, quanto mais se aumenta a população no interior do Estado mais necessário se faz a formação de professores, esta passa a ser uma carência a ser superada, “[...] à medida que pessoas eram atraídas para as novas regiões, [...] fazia-se urgente a presença do Estado, representado pela figura do professor [...]” (RUCKSTADTER, 2020, p. 62).

8 CONCLUSÃO

A realização da pesquisa sobre a Instituição do Ginásio Estadual de Florai nos permitiu entender melhor a história desse município, além de permitir contextualizar a História da Educação em relação à história de Florai, os sujeitos e as práticas adotadas em ambos os contextos históricos que deram aspectos necessários para o desenvolvimento deste e daquele. Analisar a instituição de uma escola não é simplesmente relatar sua história, mas sim problematizá-la dialeticamente com seu contexto, seja social, histórico, econômico ou político trazendo para a discussão personagens tanto da sociedade quanto da instituição estudada que constroem a história.

Há uma abundância de fontes sobre a instituição escolar aqui estudada, o que nos permitiu construir uma análise rica em fatos. Além da contribuição de pessoas que vivenciaram o momento retratado que nos oferece uma riqueza de depoimentos, mostrando como é importante escutá-los e com clareza e discernimento utilizar seus relatos.

Não existe aqui a pretensão de esgotar a história da escola e nem do município, há somente o desejo de instigar novas pesquisas, de oferecer mais uma fonte, definitivamente de contribuir para a história da cidade, da escola e da historiografia da educação. É necessário deixar claro que a história está em constante movimento, e que todos os dias novos fatos surgem e tudo isso depende da visão do historiador/pesquisador.

Compreendendo a história do Ginásio Estadual de Florai, concluímos que ele nasceu da necessidade de um projeto econômico nacional de desenvolvimentismo proposto pelo governo federal e que foi executado pelos Governos estaduais de todo território brasileiro. Foi a partir desse projeto nacional, que para ser atendido pelo Estado paranaense, começou um plano de migração/imigração que partiu da aliança do governo estadual com empresas privadas de colonização. Assim, espaços considerados não povoados – entende-se não povoado por pessoas economicamente ativas, que possam contribuir para economia do Estado, visto pelo viés capitalista – foram então vendidos para (re)ocupação. O Paraná participou do projeto desenvolvimentista de JK por meio da (re)ocupação de espaços, vendendo terras para o surgimento de novas cidades.

A década de 1950 foi um período muito conturbado politicamente, que consolidou uma nova política educacional. O ano do nascimento do Ginásio Estadual de Floráí é também o ano em que os Pioneiros da Educação Nova voltaram a se manifestar em prol da Educação. Muitas mudanças educacionais ocorreram em âmbito nacional desde meados da década de 1930, no Paraná, na região norte/noroeste, motivado pela migração/imigração as mudanças foram significativas, no que tange (re)ocupação de espaços e conseqüentemente necessidades básicas como escolas.

O processo de migração ocorrido no final da primeira metade do século XX que se estendeu até meados do final da segunda metade desse século, na região norte/noroeste do Estado do Paraná, está diretamente ligado ao processo educacional, já que para chamar atenção de compradores a construção de escolas foi um dos requisitos. O projeto dirigido de (re)ocupação da região norte/noroeste do Paraná tinha um claro objetivo de fins lucrativos, incorporando rapidamente as pessoas ao modelo capitalista de produção.

A sustentação desse movimento migratório se consolidar está estabelecido em três pontos fundamentais: terra fértil, trabalho e condições. Quais são essas condições? Uma delas e primordial é a Educação. Essas pessoas vindas em sua maioria de São Paulo e Minas Gerais, que tiveram o ciclo do café terminado, vinham em busca de novas oportunidades e vislumbravam na Educação uma oportunidade de ascensão. A constituição da nova comunidade se pautava em algumas condições básicas estruturais, não foi mais que o básico que foi oferecido, mas aos olhos destes “novos” habitantes já era o suficiente, e isso culminava com a lógica capitalista do momento, pois aos olhos destes era necessário que os habitantes soubessem ao menos ler, escrever e somar, assim poderiam trabalhar em suas terras.

O município de Floráí nasceu nesse contexto da década de 1950, cresceu nessa conjuntura, e o Ginásio veio afirmar a evolução da cidade. Instituído no ano de 1959, ele nasce da necessidade de formar a nova classe social que emergia, e nesse quesito o Ginásio cumpriu seu papel, foi a partir de sua criação que a continuidade da escolaridade foi possível na cidade, formando futuros empresários, professores, políticos e administradores do município. Em um espaço curto de tempo a referida escola estava solidificada e principalmente era um marco na evolução da cidade. Não podemos deixar de frisar que ela foi importante para o desenvolvimento da cidade, mas também foi personagem principal na estratificação social, pois num primeiro

momento ela formou a elite floriense, o Ginásio era frequentado quase que unicamente por estudantes da parte urbana de Floraí, limitava-se a isso, já que transporte rural não existia e então impedia uma maioria a ter acesso a escola. A comunidade rural tinha a terminalidade educacional no primário, raros as exceções que se propunham vir a pé até a cidade para estudar. A própria arquitetura do prédio demonstra a que público se destinava, a construção era de alvenaria, algo que nenhuma outra escola da cidade, seja rural ou urbana, era, já que estas eram construídas de madeira.

A pesquisa nos subsidiou com informações que corroboram a afirmação de que a instituição do Ginásio Estadual de Floraí estava inserido em um contexto de migração e interligado diretamente a isso. A construção de escolas era intrinsecamente relacionada ao projeto planejado de (re)ocupação da região norte/noroeste do Estado do Paraná. A história do Ginásio é concomitante à história de Floraí, são simbióticas e não podemos separá-las, pois uma completa a outra. Os personagens envolvidos no desenvolvimento de Floraí são os mesmos que cresceram sob influências do Ginásio e suas práticas educativas e são os que construíram tanto a história do Ginásio quanto a da cidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rodrigo Pinto de; ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; ANDRADE, Francielle Aparecida Garuti de. História da Educação na região Oeste do Paraná: a implantação da Escola Rural de Dois Irmãos (1953-1959). **Dialogia**, São Paulo, n. 37, p. 1-15, e19746, jan./abr. 2021.

ANPEd. **Biblioteca**. Disponível em: <https://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ARNAUT DE TOLEDO, César de Alencar; ANDRADE, Rodrigo Pinto de. História da educação, instituições escolares, fontes e pesquisa em arquivos na região oeste do Paraná. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 175-199, jan./jun. 2014.

BAULE, Vera Granzotti. **Entrevista: Projeto Memórias da Educação de Floraí**. Floraí, Escola Estadual, 2021.

BLOCH, Marc L. B. **Apologia da História, ou, O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. **Decreto Lei nº 8.530**, de 2 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BUESCU, Mircea. A missão Inglesa de 1924. **R. Inf. Legis.**, Brasília, a., n. 82, abr. jun. 1984. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181530/000407116.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CARNEIRO, David; VARGAS, Túlio. **História Biográfica da República no Paraná – 1889-1994**. Curitiba: Banestado, 1994.

CLIMATEMPO. **Você sabe o que é geada?** 25/03/2021. Disponível em: <https://www.climatempo.com.br/noticia/2021/03/25/voce-sabe-o-que-e-geada--8713>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CMNP. Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**: depoimentos sobre a maior obra no gênero realizada por uma empresa privada. Publicação comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná. 3. ed. Jussara, PR: CMNP, 2013.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7. ed. São Paulo, SP. Cortez, 2000.

DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

EDUCERE. **Anais**. PUC: Paraná, 2021. Disponível em: <https://educere.pucpr.br/p1/anais.html>. Acesso em: 20 ago. 2021.

FGV. **Reformas Educacionais**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). 2021. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/ReformasEducacionais>. Acesso em: 10 nov. 2021.

_____. CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 - Reformas Educacionais** <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/QuestaoSocial/ReformasEducacionais> Acesso em: 12 ago. 2021

FILHO, Manoel Bergström Lourenço. **A Formação de Professores: da Escola Normal à Escola de Educação**. Org. Ruy Lourenço Filho. Brasília-DF. INEP/MEC, 2001.

GATTI JUNIOR, Décio. A História das Instituições Educacionais: Inovações Paradigmáticas e Temáticas. *In: ARAÚJO, José Carlos Souza; DÉCIO, Gatti Júnior (Orgs.). **Novos Temas em História da Educação Brasileira**: Instituições Escolares e Educação na Imprensa*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, p. 3-24.

GONZATTO, Remígio. **Revista Isto é Florai**. Florai, Pr: [s.n.], 1971.

HARACENKO, Adélia Ap^a de Souza. **Aniquilação do território indígena e o discurso do vazio demográfico no noroeste do Paraná – Brasil**. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/38.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Amostra Educação**. 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/florai/pesquisa/23/22469?tipo=ranking>. Acesso em: 25 ago. 2021.

_____. **Censo Demográfico – VIII Recenseamento Gera – Paraná**. Rio de Janeiro, 1970.

_____. **Censo 2010**. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/florai>. Acesso em: 25 ago. 2021.

_____. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**, v. XXXI, 1959. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acesso em: 23 ago. 2021.

_____. **Florai: panorama**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/florai/panorama>. Acesso em: 27 ago. 2021.

INEP. Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educa Censo**. 2021. Disponível em: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/#/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **O Paraná Reinventado**: política e governo. Curitiba: Convênio IPARDES/SEPL/FUEM, 1989.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação e Nacional Desenvolvimentismo (1946-1964). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 56, p. 26-45, mai. 2014.

_____. História e Historiografia da Educação: Atentando para as Fontes. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação**. Campinas: Autores Associados, 2004.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação (SEED), 2001.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A Escola Nova no Paraná: Avanços e Contradições. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 93-100, jan./abr. 2005.

_____. A Formação do Professor para as Escolas Rurais no Paraná no contexto das políticas de Educação Nacionais e Internacionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 43, p. 21-31, set. 2011.

_____. Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. *In*: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura.; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Ed. Hucitec; Ed. Polis, 1984.

MOTA, Lúcio Tadeu. **História do Paraná**: relações socioculturais da pré-história a economia cafeeira. Maringá: Eduem, 2012.

MÜLLER, Nice Lecocq. **Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná**. Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições Escolares**: Porque e como pesquisar. Campinas, SP: Alínea, 2013.

OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. **Organização Escolar no início do século XX**: O caso do Paraná. Educar, Curitiba: Editora da UFPR, n. 18, p. 143-155, 2001.

ORSO, José Paulino. História, Instituições, Arquivos e Fontes na Pesquisa e na História da Educação. *In*. SILVA, João Carlos da; ORSO, Paulino José; CASTANHA, José Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **História da Educação**: Arquivos, instituições escolares e memória histórica. Campinas: Editora Alínea, 2013.

PARANÁ. **Arquivo Público do Paraná**. 1959. Disponível em: www.arquivopublico.pr.gov.br/. Acesso em: 14 ago. 2021.

_____. **Mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1951.

_____. **Mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1956.

_____. **Mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1961.

_____. **Mensagens apresentadas à Assembleia Legislativa do Estado**. Curitiba, 1968.

_____. **Moysés Wille Lupion de Troia**. Fotografia. Disponível em: <http://www.casacivil.pr.gov.br/Pagina/Moyses-Wille-Lupion-de-Troia>. Acesso em: 11 ago. 2021.

PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO. **60 anos de História**. Floraí, Pr.:[s.n.], 2018

PLANO DE IMPLANTAÇÃO. **Ginásio Estadual Honório Fagan**. Floraí, 1972.

PPE-UEM. **Programa de Pós-graduação em Educação**. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/teses-e-dissertacoes.htm>. Acesso em: 23 ago. 2021.

PPP. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual Honório Fagan – Ensino Fundamental. 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORAÍ. **Floraí – Cidade Menina Moça**. Floraí, Pr. 1983.

_____. **Galeria de Prefeitos**. Disponível em: <http://florai.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368gpb0>. Acesso em: mar. 2021.

_____. **Nossa cidade/história**: a história da colonização. Disponível em: <http://florai.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ncb0&id=1275>. Acesso em: 08 mar. 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek**. Rio de Janeiro, 1958.

RATTI, José Carlos. **Entrevista: Projeto Memórias da Educação de Floraí**. Floraí, Escola Estadual, 2021.

ROMPATTO, Maurílio. **O Processo de (Re)Ocupação do Noroeste do Paraná nas Versões Oficiais e na Memória Popular**. In: V CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. 2011. Maringá: **Anais...** Maringá: UEM, 2011. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/120.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. **Formação de professores no Paraná: um olhar a partir da Escola Normal no Norte Pioneiro**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 121p.

SANFELICE, José Luis. História das Instituições Escolares. *In*. NASCIMENTO, I. M.; SANDANO, W.; LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, (Orgs). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Capinas, SP. Autores Associados, 2007.

_____. O Manifesto dos Educadores (1959) à Luz da História. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 542-557, maio/ago., 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/3SfzvwNkdRCpTj33PskBdng/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 27 mar. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias Pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SEED. **Revista Memória da Educação Paranaense - SEED 70 anos**. 2017. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/revista_seed70anos_emrevista.pdf. Acesso em: 06 mar. 2021.

SERRA, Elpídio. A Colonização Empresarial e a Repartição da Terra Agrícola no Paraná Moderno. **Boletim de Geografia** – UEM, ano 11, n. 01, Maringá, 1993.

SOETHE, Paulo Astor, (Org.); MARTINESCHEN, Daniel *et al.*; transl. KOHLHEPP, Gerd. **Colonização agrária no Norte do Paraná: processos geoeconômicos e socio geográficos de desenvolvimento de uma zona subtropical do Brasil sob a influência da plantação de café** [online]. Maringá: Eduem, 2014, 310 p.

STELMACHUK, Rubens Tarcísio da Luz. **O Paraná nos Anos 1960**. 2003. 49 f. Monografia (Especialista em Economia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

TOMAZI, Neson Dacio. **"Norte do Paraná" História e Fantasmagorias**. 1997. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TORRINHA, Francisco. **Dicionário Latino-Português**. 3. ed. Porto: Maranus, 1945.

UFPR. **Acervo Digital: Teses e Dissertações**. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/286>. Acesso em: 24 ago. 2021.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Instituições Escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. *In*: SILVA, João Carlos da; ORSO, Paulino José; CASTANHA, José Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. **História da Educação: Arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Editora Alínea, 2013.

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de; CRIBARI, Isabela (Orgs.). O Manifesto do Pioneiro da Educação Nova 1932. *In*: _____. **Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Editora Joaquim Nabuco, 2010.

ANEXOS

Figura A – Decreto de Criação do Ginásio Estadual de Florai

Diário Oficial

ESTADO DO PARANÁ

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO

N. 15

CURITIBA 4.ª FEIRA 18 DE MARÇO DE 1959

ANO XLVII

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

EDITAL

Fica saber que havendo sido requerida, na forma do artigo 16, § 2.º, do Constituinte Estadual, a Convocação Extraordinária da Assembleia, para funcionar em 19 de Março a 27 de Abril do corrente ano, de acordo com requerimento submetido por dezesseis Senhores Deputados, fica convocada a Assembleia Legislativa do Estado para aquele período devendo a Sessão Extraordinária ser instalada, no dia 19 do mês corrente, às 14h horas, no Palácio Rio Branco, Curitiba, 16 de Março de 1959.

GUATACAZA BORBA CARNEIRO — Presidente
(P. 6185-3v-2.a)

Ato do Poder Executivo

GOVERNO DO ESTADO

LEI N. 3929

DATA: 17 de Março de 1959

Símula: Transforma em Colégio Estadual, o Ginásio Estadual "Costa Viana", de São José dos Pinhais.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — O Ginásio Estadual "Costa Viana", de São José dos Pinhais, fica transformado em Colégio Estadual com a mesma denominação.

Art. 2.º — A despesa decorrente da execução desta lei correrá à conta da verba própria do Orçamento.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Falácio do Governo em Curitiba, em 17 de março de 1959.

(aa) MOYSES LUPION
Nilton Weigert

Ref. Prot. n. 4381-59-PG. 6230

DECRETO N. 22385

O Governador do Estado do Paraná, sob proposta da Secretaria do Interior e Justiça,

Resolve nomear José Apolinário Jacirino, José Rodrigues Barbosa, Gregório Marques da Silva e Miguel Moreno Mubobas, para exercerem, respectivamente, os cargos de Juiz de Paz, 1.º, 2.º e 3.º Suplentes da mesma autoridade, no distrito da sede do município de Guaraci, comarca de Jaguapitã, ficando exonerados os atuais.

Curitiba, em 17 de Março de 1959. 138.º da Independência e 71.º da República.

(aa) MOYSES LUPION
Aldeides Pereira Junior
Ref. Prot. n. 4353-59-PG. 6204

DECRETO N. 22386

O Governador do Estado do Paraná, sob proposta da Chefatura de Polícia,

Resolve nomear o 2.º Tenente da Polícia Militar do Estado, João Alfredo Garret Franco, para exercer, em comissão, o cargo de Delegado de Polícia, no município de Curitiba, ficando exonerado o atual, 2.º Tenente Marinho Thomas Nabeiro.

Curitiba, em 17 de Março de 1959. 138.º da Independência e 71.º da República.

(aa) MOYSES LUPION
Aldeides Pereira Junior
Ref. Prot. n. 4306-59-PG. 6205

DECRETO N. 22391

O Governador do Estado do Paraná, sob proposta da Chefatura de Polícia,

Resolve nomear o Capitão da Polícia Militar do Estado, Domitilo Ariel Damasceno, para exercer, em comissão, o cargo de Delegado Especial de Polícia, no município de Santo Antonio, ficando exonerado o atual, Capitão Lauro Fonseca.

Curitiba, em 17 de Março de 1959. 138.º da Independência e 71.º da República.

(aa) MOYSES LUPION
Aldeides Pereira Junior
Ref. Prot. n. 4304-59-PG. 6206

DECRETO N. 22392

O Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1.º — Fica restabelecida a Escola de Pescadores "Antonio Serafim Lopes", com sede na Ilha das Cobras, distretamento subordinada ao Departamento do Ensino Superior Técnico e Profissional, da Secretaria de Agricultura.

Art. 2.º — A organização e funcionamento da Escola obedecerão ao disposto no Decreto n.º 10.809, de 12 de outubro de 1953.

Art. 3.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 17 de Março de 1959. 138.º da Independência e 71.º da República.

(aa) MOYSES LUPION
Paulo Pinheiro Montan
Ref. Prot. n. 4329-59-PG. 6207

DECRETO N. 22393

O Governador do Estado do Paraná, sob proposta da Secretaria de Educação e Cultura,

Resolve designar, de acordo com o art. 29, da lei n.º 293, de 24 de novembro de 1950, Nilton Durski, ocupante do cargo de Professor Normalista, padrão K, do Quadro do Ensino, para exercer a função de Inspetor Auxiliar de Ensino no município de Prudentópolis, ficando dispensado o atual.

Curitiba, em 17 de Março de 1959. 138.º da Independência e 71.º da República.

(aa) MOYSES LUPION
Nilton Weigert
Ref. Prot. n. 4278-59-PG. 6200

DECRETO N.º 22383

O Governador do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Artigo único — Fica criado o Ginásio Estadual da cidade de Florai.

Curitiba, em 17 de Março de 1959. 138.º da Independência e 71.º da República.

(aa) MOYSES LUPION
Nilton Weigert

6193

Fonte: PARANÁ (1959)

Figura B – Moisés Wille Lupion de Tróia



Fonte: PARANÁ, s.d.

Figura C – Nivon Weigert



Fonte: SEED(2017).

Figura D – Imagem José Benício de Luca (sentado) Engenheiro CTNP (em pé)



Fonte: Arquivo pessoal José Carlos Ratti – Foto tirada pela CTNP (1947).

Figura E – Foto da Estrada Paranhos – ligava Florai a Iroí - atual Pres. Castelo Branco



Fonte: Arquivo Pessoal de José Carlos Ratti – foto tirada pela CTNP (1950)

Figura F. a – Construção Igreja Matriz



Fonte: Arquivo pessoal José Carlos Ratti - 1970

Figura F.b - 1ª Igreja Católica de Florai



Fonte: Revista Florai Cidade Menina Moça (1962-1983)

Figura G – Grupo Escolar São José



Fonte: Arquivo pessoal de José Carlos Ratti.

Figura H– Escola Municipal Emiliano Perneta



Fonte: Arquivo Pessoal José Carlos Ratti – 23/05/1965

Figura I- Primeiro à direita Pref. Oswaldo Silva



Prefeito Oswaldo Silva (1956), Vereadores: João Marcos Vieira e Outros.

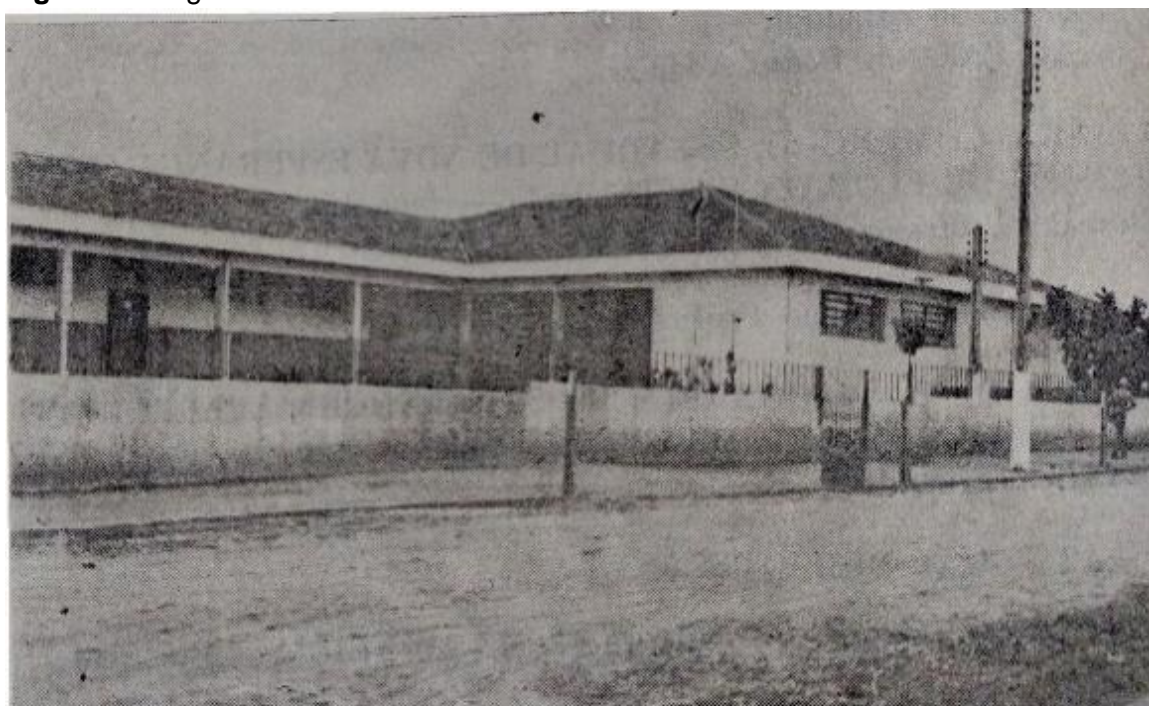
Fonte: Revista Floráí Cidade Menina Moça

Figura J– Lista de matrícula da 1ª turma do Ginásio

Ginásio Municipal de Florá				1959			
Flora, Estado de São Paulo				1959			
Nº	Nome de Aluno	D. Local	Residência	Nome de Mãe	Nome do Pai	Religião	Observações
1	Adriano Antônio de Souza	Flora, Estado de São Paulo	Flora	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
2	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
3	Adriano Antônio de Souza	Flora, Estado de São Paulo	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
4	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
5	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
6	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
7	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
8	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
9	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
10	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
11	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
12	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
13	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
14	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
15	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
16	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
17	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
18	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
19	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
20	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
21	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
22	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
23	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
24	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
25	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
26	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
27	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
28	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
29	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	
30	Adriano Antônio	Flora	"	Adriana de Souza	Adriano de Souza	Católica	


Fonte: Livro de Matrícula – 1959

Figura K– Segundo Prédio do Ginásio



Fonte: Revista Florá Cidade Menina Moça – 1969-1970

Figura L - Lista do Corpo Docente de 1959



GINÁSIO ESTADUAL DE FLORAI
 (Nome do Estabelecimento)

FLORAI Estado do Paraná
 (Cidade)

ANO LETIVO DE 1959

CORPO DOCENTE EM EXERCÍCIO

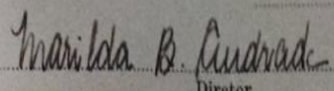
Curso GINASIAL

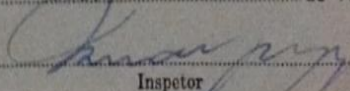
M-51

Série	Matérias	NOME DO PROFESSOR	N. do Registro	Reservado para o visto da Secção de registro
1ª	Português	Durval de Oliveira Amorim	20/2/59	
1ª	Latim	Pe. Paulo Ibrahim Haddad	1290/59	
1ª	Francês	Afrânio Nunes dos Reis		
1ª	Matemática	Marilda Bressane Andrade		
1ª	Geografia	Afrânio Nunes dos Reis		
1ª	História	Pe. Paulo Ibrahim Haddad		
1ª	T. Manuais	Marilda Bressane Andrade	D.23.808	
1ª	Desenho	Marilda Bressane Andrade	1115/59	
1ª	Canto	Pe. Paulo Ibrahim Haddad		
1ª	Religião	Durval de Oliveira Amorim		
1ª	Ed. Física	Durval de Oliveira Amorim		

64301

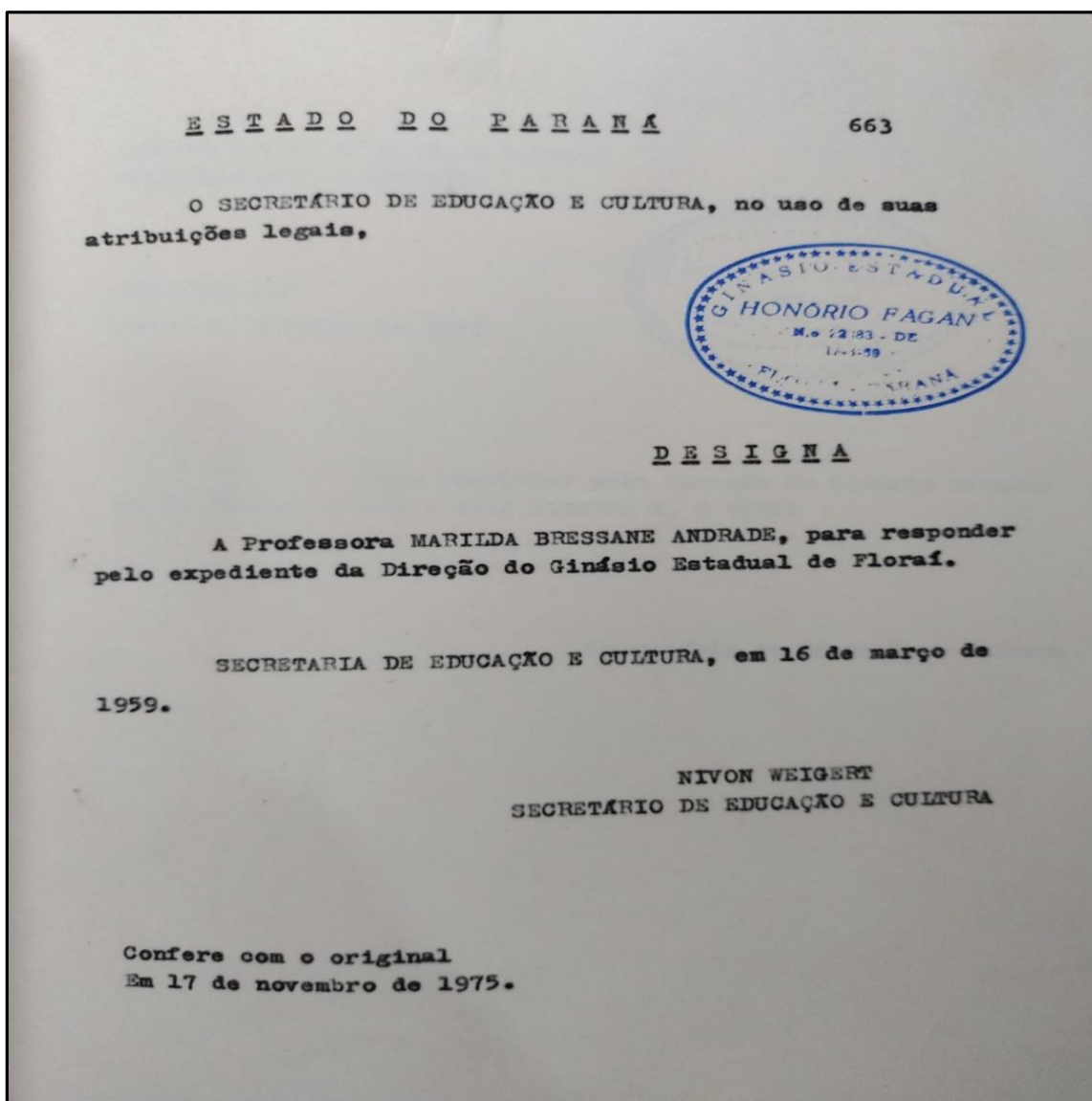
Florai, 8 de maio de 1959


 Marilda B. Andrade
 Diretor


 Inspetor

Fonte: Plano de Implantação da Escola.

Figura M– Ata Designação da primeira diretora do Ginásio Maria Bressane Andrade.



Fonte: Plano Implantação da Escola.

Figura N.a - Ata da escolha do Patrono do Ginásio.

Ata n.º 6/68

As vinte horas e trinta minutos do dia nove de setembro

de mil novecentos e sessenta e oito, em uma das salas do Ginásio Estadual de Florai, sito à rua Paraná, nº 2, nessa cidade de Florai, Estado do Paraná; sob a presidência do diretor deste estabelecimento, reuniram-se: corpo docente, membros da Associação de Pais e Professores deste estabelecimento e autoridades locais convidadas, das quais compareceram: Sr. Lauro Rafael Fagan, representante do prefeito municipal e Sr. João Marques, presidente da Câmara, cuja finalidade será a escolha do patrono deste estabelecimento. Apresentado o motivo da presente reunião, o senhor diretor, Professor Durval Oliveira Amorim, passou a expor as normas, devidamente necessárias, que deverão ser observadas para a escolha do referido patrono, de acordo com a portaria 5689/68 da SEC. Feita a exposição das normas exigidas, as pessoas presentes declinaram uma lista de nomes que de vultos históricos e literários que foram colocados em votação. Após a apuração foi escolhido para patrono, pela maioria dos presentes, o nome de D. Pedro II, com vinte e cinco votos. Esta proposição, bem como a biografia, serão enviados para deferimento ao devido setor da SEC. Nada mais havendo a constar, eu, *u.u.u.*, lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelo senhor diretor e demais pessoas presentes.

Florai, 9 de setembro de 1968

u.u.u.
u.u.u.
 Proc. Oliveira
 C. Cardoso
 R. Romero
 S. de S. S. S.
 O. Martin
 A. Amorim
 J. Marques
 R. Rodrigues
 P. S. S.

Fonte: Arquivo da Escola (09/09/1968) – Opção pelo nome “D. Pedro II”

Figura O – Casa Brasileira



Fonte: Arquivo Pessoal José Carlos Ratti – 1951

Figura P - Inauguração da Igreja Católica



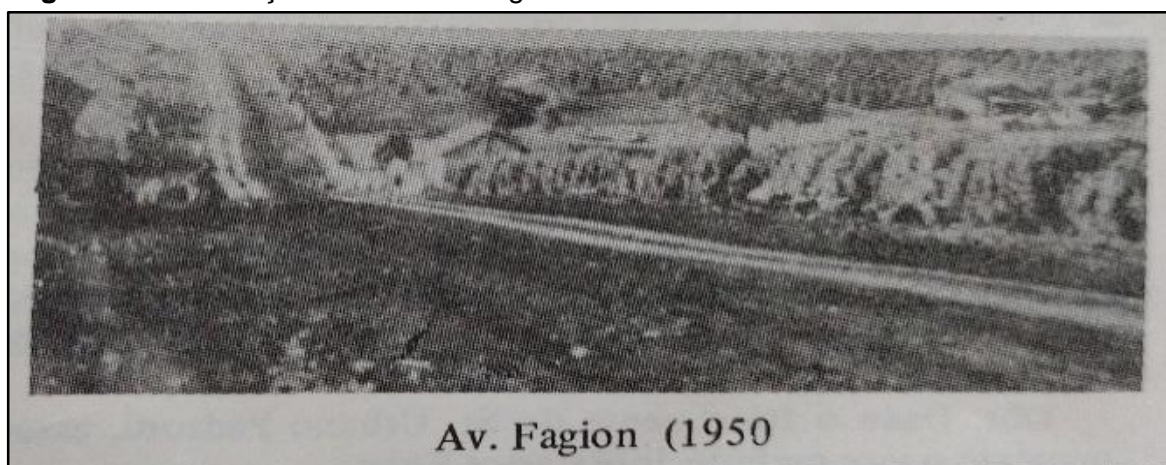
Fonte: Arquivo pessoal José Carlos Ratti - 1958

Figura Q – Transporte de madeira - 1957



Fonte: Revista Florai Menina Moça – foto tirada em 1957

Figura R.a – Evolução da Avenida Fagion-1950.



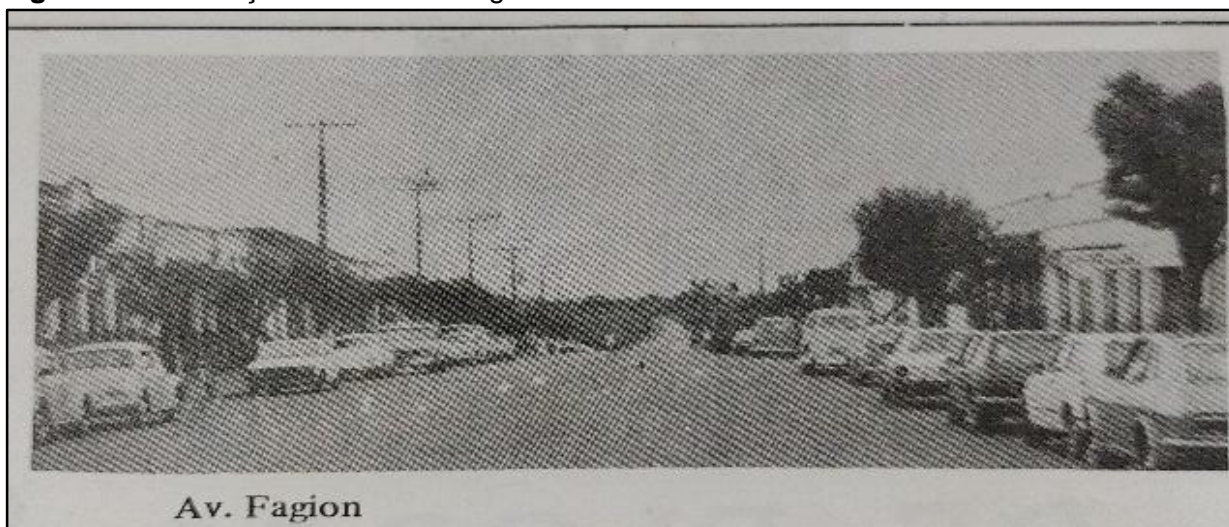
Fonte: Revista Florai Menina Moça – foto tirada em 1950.

Figura R.b – Evolução da Avenida Fagion- 1959.



Fonte: Revista Florai Menina Moça – foto tirada em 1959.

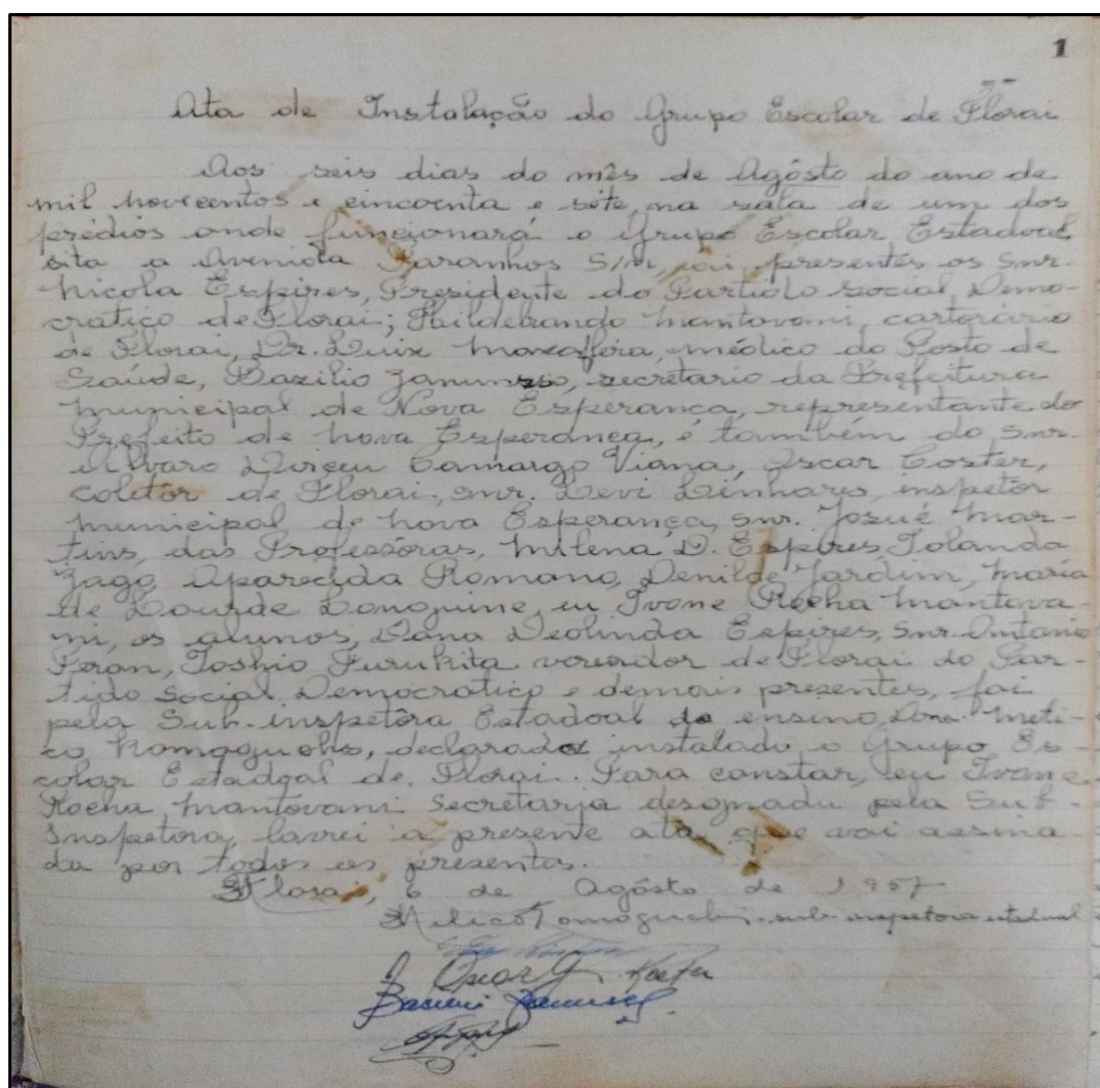
Figura R.c– Evolução da Avenida Fagion- 1983.



Av. Fagion

Fonte: Revista Florai Menina Moça – foto tirada em 1983.

Figuras - Cópia da ata de instalação do Grupo Escolar Florai



Fonte: Livro Ata dos Arquivos da Escola

Figura T – Grupo Escolar São José no início de suas atividades



Fonte: Arquivo Pessoal de José Carlos Ratti – Foto de 1957.

Figura U- Primeira Escola Rural de Florai



Fonte: Arquivo pessoal de José Carlos Ratti – foto tirada em 1957

Figura S - Lista de Escolas Rurais com suas respectivas estradas

ESCOLA "NEY BRAGA" — Estrada Maringá
ESCOLA "ADELINA FAGAN" — Estrada Maringá
ESCOLA "ROCHA POMBO" — Estrada Maringá
ESCOLA "NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS" — Estrada Maringá
ESCOLA "GETULIO VARGAS" — Estrada Genúncia
ESCOLA "IVONE PIMENTEL" — Estrada Genúncia
ESCOLA "PRINCEZA IZABEL" — Estrada Genúncia
ESCOLA "ERMELINDA PERON" — Estrada Paranhos
ESCOLA "SANTA LUZIA" — Estrada Genúncia
ESCOLA "SANTA ADÉLIA" — Estrada Nova Bilac
ESCOLA "SANTA AMÉLIA" — Estrada Paranhos
ESCOLA "PAULO PIMENTEL" — Estrada Paranhos
ESCOLA "RUY BARBOSA" — Estrada Paranhos
ESCOLA "COSTA E SILVA" — Estrada São Jorge (Paranhos)
ESCOLA "ÁGUA BOA" — Estrada Pé de Galinha
ESCOLA "SANTA BARBARA" — Estrada São Carlos do Ivaí
ESCOLA "SOUZA NAVES" — Estrada Genúncia

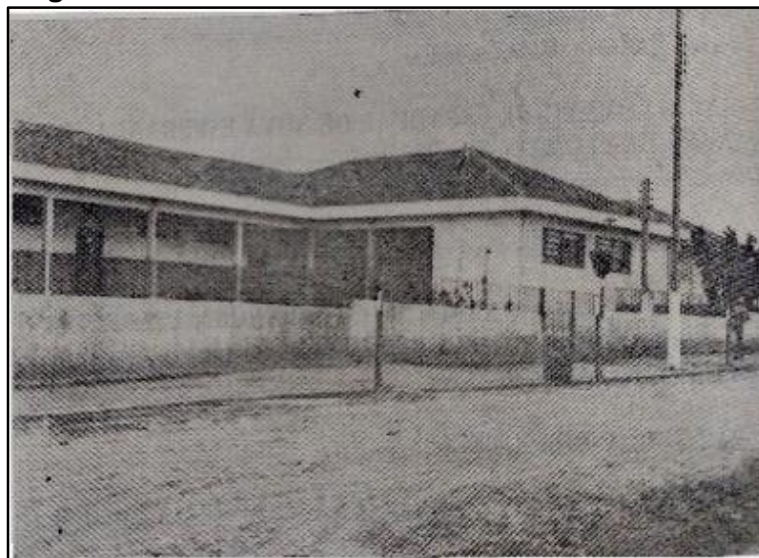
Fonte: Livro Isto é Florai - 1971

Figura V. a – 1º Prédio do Ginásio



Fonte: Arquivo Pessoal José Ratti (1947-1949)

Figura V. b – 2º Prédio do Ginásio



Fonte: Livro Isto é Florai, GONZATO (p. 41, 1971)

Figura V.c. – 3º Prédio do Ginásio



Fonte: Arquivo da Escola – Plano de Implantação¹⁷

Figura X.a – Quadro geral de matriculados em 1959

GINÁSIO ESTADUAL DE FLOPÁI
 (Nome do Estabelecimento)
 FLOPÁI Estado do Paraná
 (Cidade)

QUADRO GERAL DE MATRICULAS

Em 29 de Abril de 1959

1º Semestre M. 10

	1.º Ciclo			2.º Ciclo						Outros Cursos Mantidos					
				C. Clássico			C. Científico								
	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.
Turno Diurno	1.ª Série	20	18	38											
	2.ª Série														
	3.ª Série														
	4.ª Série														
	TOTAL	20	18	38											
Turno Noturno	1.ª Série	36	9	45											
	2.ª Série														
	3.ª Série														
	4.ª Série														
	TOTAL	36	9	45											

Marilda P. Duarod
 Diretor

Benedito Injiz
 Inspetor

Fonte: Plano de Implantação da Escola

¹⁷ Plano de Implantação – Arquivo da Escola

Figura X.b – Quadro geral de matriculados em 1960

Ginásio Estadual de Florai
(Nome do Estabelecimento)
Florai Estado do Paraná
(Cidade)

QUADRO GERAL DE MATRICULAS
Em 18 de *maio* de 1960
1^o Semestre

M-10

Turno	Série	1º Ciclo			2º Ciclo						Outros Cursos Mantidos						
		Mas.	Fem.	Tot.	C. Clássico			C. Científico			Mas.		Fem.		Tot.		
					Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Tot.		
Matutino	1ª Série	27	11	38													
	2ª Série	4	6	10													
	3ª Série																
	4ª Série																
	TOTAL	31	17	48													
Vespertino	1ª Série	12	9	21													
	2ª Série	12	6	18													
	3ª Série																
	4ª Série																
	TOTAL	24	15	39													

Marta Peres de Aguiar
Diretor

48
39
87

J. J. J.
Inspetor

Fonte: Plano de Implantação da Escola

Figura X.c – Quadro geral de matrículas - 1961

GINÁSIO ESTADUAL DE FLORAI
(Nome do Estabelecimento)
FLORAI Estado do Paraná
(Cidade)

QUADRO GERAL DE MATRICULAS
Em 12 de maio de 1961
1^o Semestre

M-10


Turno	Série	1º CICLO			2º CICLO						OUTROS CURSOS MANTIDOS						
		Mas.	Fem.	Tot.	C. CLASSICO			C. CIENTIFICO			Mas.		Fem.		Tot.		
					Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Mas.	Fem.	Tot.		
Matutino	1ª Série	17	8	25													
	2ª Série	5	8	13													
	3ª Série	-----															
	4ª Série																
	TOTAL	22	16	38													
Vespertino	1ª Série	25	2	27													
	2ª Série	8	4	12													
	3ª Série	-----															
	4ª Série	8	5	13													
	TOTAL	41	11	52													

J. J. J.
DIRETOR

Amorim
INSPECTOR

Fonte: Plano de Implantação da Escola

Figura X.d – Quadro Geral de Matrículas - 1971



Estado do Paraná
GINÁSIO ESTADUAL "HONÓRIO FAGAN".
FLORAI PARANÁ
QUADRO GERAL DE MATRÍCULAS
 Em, 12 de abril de 1971.

SÉRIE	1º CICLO			2º CICLO ORIENT...i.			2º CICLO ORIENT.....		
	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL	M	F	TOTAL
1ª	66	63	129	-	-	---	-	-	---
2ª	43	29	72	-	-	---	-	-	---
3ª	20	20	40	-	-	---	-	-	---
4ª	8	15	23	-	-	---	-	-	---
TOTAL	137	127	264	-	-	---	-	-	---
1ª	55	28	83	-	-	---	-	-	---
2ª	32	19	51	-	-	---	-	-	---
3ª	23	19	42	-	-	---	-	-	---
4ª	38	20	58	-	-	---	-	-	---
TOTAL	148	86	234	-	-	---	-	-	---

I.R.E. *M. Uccia*
DIRETORA

Fonte: Plano de Implantação da Escola

Figura X.e – Quadro geral de matrículas - 1962

GINÁSIO ESTADUAL DE FLORAI
(Nome do Estabelecimento)


FLORAI Estado do Paraná
(Cidade)

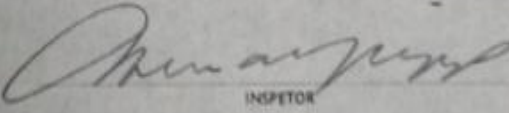
QUADRO GERAL DE MATRICULAS

Em 31 de Março de 1962
1º Semestre

M-10

		1.º CICLO			2.º CICLO						OUTROS CURSOS MANTIDOS					
					C. CLASSICO			C. CIENTÍFICO								
		Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.	Mas.	Fem.	Tot.
TURNO DIURNO	1.ª Série	16	9	25	x	x	x									
	2.ª Série	8	4	12				x	x	x						
	3.ª Série	x	x	x				x	x	x						
	4.ª Série	x	x	x				x	x	x						
	TOTAL	24	13	37												
TURNO NOTURNO	1.ª Série	x	x	x												
	2.ª Série	17	3	20				x	x	x						
	3.ª Série	5	9	14				x	x	x						
	4.ª Série	8	6	14				x	x	x						
	TOTAL	30	18	48												



 DIRETOR
 João Antônio dos Santos


 INSPECTOR
 Imael Gripp

Fonte: Plano de Implantação da Escola

Figura X.f – Relatório de Turma retirado do Educa Censo (INEP, 2021)

Censo escolar da educação básica INEP


Ministério da Educação

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ESCOLA - Relatório de alunos por turma

FILTROS – DADOS DA TURMA
Etapa Todas
Turma Todas

FILTROS – DADOS DO ALUNO
Aluno com deficiência, TEA ou altas habilidades/superdotação Todas
Localização/Zona de residência do aluno Todas
Recebe escolarização em outro espaço Todas
Transporte escolar público Todas
Localização diferenciada de residência Todas

INFORMAÇÕES DA ESCOLA
Código da escola 41022095
Nome da escola HONORIO FAGAN E EF
UF PR
Município Florai
Localização Urbana
Dependência Administrativa Estadual

*Cód. turma	Nome da turma	*Tp. de mediação pedagógica	*Tp. de atendimento	Local de funcionamento o diferenciado da turma	Dias da semana de turma	*Horário de funci. da turma	Modalidade	Etapa	*Nº de alunos
2340786 6	641701D	Presencial	Atendimento educacional especializado (AEE)	A turma não está em local de funcionamento diferenciado	TERÇA, QUINTA	09:10 - 11:05	Não se aplica	Não se aplica	2
2340786 5	641701C	Presencial	Atendimento educacional especializado (AEE)	A turma não está em local de funcionamento diferenciado	TERÇA, QUINTA	07:35 - 09:10	Não se aplica	Não se aplica	1
2340786 4	641701A	Presencial	Atendimento educacional especializado (AEE)	A turma não está em local de funcionamento diferenciado	SEGUNDA, QUARTA	07:25 - 09:10	Não se aplica	Não se aplica	2
2340786 6	403951A	Presencial	Escolarização	A turma não está em local de funcionamento diferenciado	SEGUNDA, TERÇA, QUARTA, QUINTA, SEXTA	07:35 - 12:00	Ensino regular	Ensino fundamental de 9 anos - 9º Ano	25 ✓
2340786 7	403953B	Presencial	Escolarização	A turma não está em local de funcionamento diferenciado	SEGUNDA, TERÇA, QUARTA, QUINTA, SEXTA	13:00 - 17:25	Ensino regular	Ensino fundamental de 9 anos - 9º Ano	29
2340786 9	403973B	Presencial	Escolarização	A turma não está em local de funcionamento diferenciado	SEGUNDA, TERÇA, QUARTA, QUINTA, SEXTA	13:00 - 17:25	Ensino regular	Ensino fundamental de 9 anos - 7º Ano	23
2340786 8	403971A	Presencial	Escolarização	A turma não está em local de funcionamento diferenciado	SEGUNDA, TERÇA, QUARTA, QUINTA, SEXTA	07:35 - 12:00	Ensino regular	Ensino fundamental de 9 anos - 7º Ano	32 ✓
2340786 0	403991A	Presencial	Escolarização	A turma não está em local de funcionamento diferenciado	SEGUNDA, TERÇA, QUARTA, QUINTA, SEXTA	07:35 - 12:00	Ensino regular	Ensino fundamental de 9 anos - 8º Ano	27 ✓
2340786 1	403983B	Presencial	Escolarização	A turma não está em local de funcionamento diferenciado	SEGUNDA, TERÇA, QUARTA, QUINTA, SEXTA	13:00 - 17:25	Ensino regular	Ensino fundamental de 9 anos - 8º Ano	26
2340786 3	403933B	Presencial	Escolarização	A turma não está em local de funcionamento diferenciado	SEGUNDA, TERÇA, QUARTA, QUINTA, SEXTA	13:00 - 17:35	Ensino regular	Ensino fundamental de 9 anos - 9º Ano	30
2340786 2	403991A	Presencial	Escolarização	A turma não está em local de funcionamento diferenciado	SEGUNDA, TERÇA, QUARTA, QUINTA, SEXTA	07:35 - 12:00	Ensino regular	Ensino fundamental de 9 anos - 9º Ano	28

*Cód. turma Código da turma
*Tp. de mediação pedagógica: Tipo de mediação didático-pedagógica
*Tp. de atendimento: Tipo de atendimento
*Horário de funci. da turma: Horário de funcionamento da turma
*Nº de alunos: Número de alunos

TOTALIZADORES

Total de alunos da escola	222
Total de matrículas da escola	227
Total de matrículas de atividade complementar	0
Total de matrículas de atendimento educacional especializado (AEE)	5
Total de matrículas de escolarização	222

Emitido em 20/08/2021 14:04:11
<http://172.29.6.42-1/ceosobasico/rest/relatorios/escola/alunos-por-turma/escola-alunos-por-turma.pdf>
<http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/rest/relatorios/escola/alunos-por-turma/escola-alunos-por-turma.pdf>

ESCOLA ESTADUAL HONÓRIO FAGAN
Ensino Fundamental
Decreto de Criação nº 22383 de 17/03/59
Decreto de Autorização nº 1340/79 de 26/10/79
Resolução de Reconhecimento nº 3738/81 de 22/01/82
Rua Eurico Gaspar Dutra, 215 - Fone (44) 3242-1274
FLORAI - PARANÁ

Fonte: Educa Censo 2021 (INEP, 2021).

Figura W – Página *Curriculum Vitae*

CURRICULUM VITAE

A - DADOS PESSOAIS

1- NOME JOANA RECHE

2- FILIAÇÃO Gabriel Reche e Ana Talarique Reche

3- NATURALIDADE brasileira DATA DE NASC. 25 / 09 / 35

4- ESTADO CIVIL Casada C.P.F. BR 135472159 - 15

5- CELULA DE IDEN. [REDACTED] MATRICULA NO IDEF 80.130

6- CERTIFICADO DE SERVIÇO MILITAR _____ LOCAL _____

7- TITULO DE ELEITOR nº 35149 ZONA 71º LOCAL Florianópolis

8- REGISTRO NO M.E.C. _____ DISCIPLINA _____

9- ENDEREÇO _____

B - FORMAÇÃO

1º CICLO _____

2º CICLO _____

ENSINO SUPERIOR _____

C - VIDA PROFISSIONAL

D - CURSOS (+ de 24 HORAS)

1- Matemática Moderna - Nova Esperança

2- Aperfeiçoamento de Prof. Leigos

3- _____

4- _____

5- _____


6- _____

7- _____

8- _____

9- _____

10- _____



Fonte: Plano de Implantação da Escola